



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO



IGOR AZEVEDO SOUZA

**O PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA EM SERGIPE E A RELAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL COM OS MORADORES DOS POVOADOS DO ENTORNO**

SÃO CRISTÓVÃO

2019

IGOR AZEVEDO SOUZA

**O PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA EM SERGIPE E A RELAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL COM OS MORADORES DOS POVOADOS DO ENTORNO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

ORIENTADORA: Dra. Daniela Teodoro Sampaio

SÃO CRISTÓVÃO

2019

IGOR AZEVEDO SOUZA

**O PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA EM SERGIPE E A RELAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL COM OS MORADORES DOS POVOADOS DO ENTORNO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em (dia) de (mês) de (ano)

Dra. Daniela Teodoro Sampaio - Universidade Federal de Sergipe
Presidente-orientadora

Dra. Laura Jane Gomes - Universidade Federal de Sergipe
Examinadora

Dra. Gicélia Mendes da Silva – Universidade Federal de Sergipe
Examinadora

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Igor Azevedo Souza
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Dra. Daniela Teodoro Sampaio – Orientador(a)
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Dra. Daniela Teodoro Sampaio – Orientador(a)
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Dedico este trabalho ao Amor genuíno, verdade universal, que rege a tudo e a todos

AGRADECIMENTOS

Gratidão às forças superiores do universo, que tudo realiza no tempo certo, da forma que têm que ser e me proporcionaram profundos aprendizados ao longo desses dois anos, me dando força e coragem para crescer e amadurecer pessoal, emocional e intelectualmente.

À toda minha família, principalmente aos meus pais, que sempre me deram liberdade para ser quem eu sou, sempre me apoiaram nas minhas escolhas, e fizeram de tudo para que eu pudesse finalizar mais esse ciclo com êxito.

Um agradecimento especial à Profa. Dra. Daniela Teodoro Sampaio, minha orientadora, por todo o esforço, por tamanha generosidade, humildade e paciência. Grato pela parceria, por todos os ensinamentos e por ter me acolhido nos momentos difíceis, e nunca ter desistido de mim. Eterna gratidão, pela minha formação como pesquisador, e por me tornar um ser humano mais disposto a contribuir com um mundo melhor, através do comprometimento com a Ciência.

Ao professor Dr. Frederico Machado por toda a força, dedicação e incentivo para que eu acabasse minha pesquisa da melhor forma possível.

A todos os amigos que sempre estiveram por perto me apoiando nos momentos em que mais precisei, Guilherme, David, Drica, Marília, Raphaella, Yasmin, Aila, Thiago, Felipe, Natali, Juliana, Dulce, Valéria, Soninha, João Brasileiro e Florisvaldo. E a todos e todas que contribuíram indiretamente.

Aos colegas de turma, Dayane, Isabela, Rayane, Elaine, Victor, André, Layla, Raquel, Jailde, Cleverton, Juniela, Delmira, Juliana, Sheila e a querida amiga e professora Dra. Heloisa Thais, pelo carinho, pela força e incentivo. Ao professor Aauto pelas conversas e por todos os ensinamentos.

Aos irmãos macaquinhos Daniela, Jhonata, Augusta, Micaele, Carlos, Carol e Emerson por todo companheirismo e contribuição.

Ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Sergipe, em nome da Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares e dos secretários em nome de Luzia, que sempre estiveram dispostos a colaborar.

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), no estado de Sergipe, em nome de todos servidores do Parque Nacional Serra de Itabaiana, que me apoiaram no desenvolvimento da pesquisa.

À bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por toda sua atuação na expansão e consolidação dos Programas de Pós Graduação *strictu sensu* em todos os estados do país e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pela bolsa concedida durante um ano da pesquisa.

Aos moradores dos 20 povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana, que contribuíram, concedendo as respostas necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

À Profa. Dra. Laura Jane Gomes, a quem eu sempre admirei, por ter me acompanhado desde a Qualificação, com o estágio de Docência, e agora por ser titular da Banca de defesa da minha Dissertação, junto à Profa Dra. Gicélia Mendes da Silva, a quem também eu agradeço, e aos membros suplentes, o Prof. Dr. Aduino Ribeiro e a Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares.

A verdade
(Grupo Cultural Pé de Cerrado)

Está em toda terra
Também está em todo ar
Em toda a matéria viva
Onde há vida ele está
Está em toda planta que nasce
Toda flor que desabrocha
Em cada casa de família
Toda planta e toda rocha
É a verdade no meio da ilusão
Está em mim e em ti
Está no sol central do universo
Direto pro coração
É a luz da natureza
É a força da criação
Está em cada grão de areia
Está em cada gota desse mar
Em cada sopro desse vento
Em toda estrela à brilhar
É a verdade no meio da ilusão
Está em mim e em ti, dentro
Do fundo do coração
Vou dizer camarada
Pra você camarada
Que a melhor coisa do mundo
É o Amor, é o Amor
Sentimento mais profundo

RESUMO

Os parques nacionais têm se manifestado como espaços importantes para se obter informações socioambientais, quanto à interação sociedade-natureza e para a compreensão dos desafios perante o uso dos seus recursos naturais. O objetivo do presente estudo foi compreender a representatividade socioambiental do Parque Nacional Serra de Itabaiana, localizado em Sergipe, Brasil, a partir da relação dos moradores dos povoados do seu entorno com a sua gestão e com os alvos de conservação estabelecidos em seu plano de manejo, e caracteriza-se como uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva e de natureza quantitativa. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Socioambiental para Padronizar Estudos sobre Atitudes em Comunidades Adjacentes à Unidades de Conservação de Proteção Integral, especificamente Parque Nacional no Brasil, que consiste em três etapas: 1) elaboração de questionário para estudo das atitudes, focado na pesquisa socioambiental para ser aplicado em comunidades localizadas no entorno de unidades de conservação; 2) desenvolvimento de um protocolo de aplicação do questionário e; 3) aplicação do questionário nas comunidades do entorno da UC. Foram entrevistados 706 moradores dos 20 povoados, entre os meses de maio a agosto de 2018. Os resultados socioeconômicos indicaram 61,5% do sexo feminino, 62,04% naturais da região do estudo; 46,36% com faixa etária entre 30 e 49 anos; 56,23% cursaram o ensino fundamental incompleto; 60,05% eram casados(as); 41,50% eram agricultores e 66,86% recebiam até 2 salários mínimos. 90,23% dos entrevistados já ouviram falar sobre o PARNASI; 54,11% nunca o visitaram; 63,03% não souberam informar qual órgão administra a UC; 56,94% dos entrevistados concordaram totalmente quanto ao uso sem controle da água; 67,42% concordaram totalmente que as nascentes e os rios da região estão secando; 59,35% responderam a opção Indiferente quanto ao desmatamento da UC; 40,79% discordaram totalmente quanto a coleta de madeira para usos doméstico; 60,33% concordaram totalmente quanto à coleta de plantas medicinais; 60,48% discordaram totalmente quanto à caça na região; 44,05% concordaram totalmente quanto à diminuição dos animais silvestres na região; 82,57% concordaram totalmente quanto à importância da UC; 89,94% discordaram totalmente quanto à participação; 40,79% discordaram totalmente quanto à colaboração e 45,89% discordaram totalmente quanto aos benefícios da UC. O presente estudo apontou imparcialidade dos moradores do entorno do PARNASI quanto à sua representatividade, visto a ausência na participação e motivação, o que pode estar relacionada à falta de conhecimento quanto à importância socioambiental que a UC representa para a região.

Palavras – Chave: Unidades de Conservação, Alvos de Conservação, Conhecimento e Atitude.

ABSTRACT

National parks have manifested themselves as important spaces for obtaining socio-environmental information, for the interaction between society and nature, and for understanding the challenges to the use of their natural resources. The objective of the present study was to understand the socioenvironmental representativeness of the Serra de Itabaiana National Park, located in Sergipe, Brazil, based on the relationship of the inhabitants of the surrounding villages, their management and the conservation targets established in their management plan and it is characterized as exploratory, descriptive and quantitative research. The methodology was the Socioenvironmental Survey to Standardize Studies on Attitudes in Communities Adjacent to Conservation Units of Integral Protection, specifically National Park in Brazil, which consists of three stages: 1) elaboration of a questionnaire to study attitudes, focused on socio-environmental research to be applied vilages located around conservation units; 2) development of a protocol for the application of the questionnaire and; 3) application of the questionnaire in the villages around the protect área. 706 residents of the 20 villages were interviewed, between May and August 2018. The socioeconomic results indicated 61.5% female, 62.04% were natural of the study region; 46.36% aged between 30 and 49 years; 56.23% attended incomplete primary education; 60.05% were married; 41.50% were farmers and 66.86% received up to 2 minimum wages. 90.23% of the interviewees have already heard about PARNASI; 54.11% never visited it 63.03% did not know to inform which organ administers the protect area; 56.94% of the interviewees agreed totally on the uncontrolled use of water; 67.42% fully agreed that the region's springs and rivers are drying up; 59.35% answered the Indifferent option regarding deforestation of the protected area; 40.79% disagreed totally about the collection of wood for domestic uses; 60.33% fully agreed on the collection of medicinal plants; 60.48% disagreed fully about the hunting in the region; 44.05% fully agreed, regarding the decrease of wild animals in the region; 82.57% fully agreed on the importance of the protected area; 89.94% disagreed fully about participation; 40.79% disagreed fully on the collaboration and 45.89% disagreed fully on the benefits of protected area. The present study pointed out the impartiality of the residents of PARNASI as to its representativeness, since the absence of participation and motivation, which may be related to the lack of knowledge about the socioenvironmental importance that the UC represents for the region.

Key words: Protected area. Conservation Targets, Knowledge and Attitude.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma demonstrando a estrutura da presente pesquisa.....	22
Figura 2 - Complexo das três serras que pertencem ao Parque Nacional Serra de.....	26
Figura 3 - Parque Nacional Serra de Itabaiana, localizado em Sergipe, Brasil, com mapeamento dos 21 povoados do entorno que constam em seu plano de manejo	27
Figura 4 - Imagens de quatro povoados rurais do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana produzidas durante a pesquisa de campo. A) Povoado Cajueiro (Areia Branca); B) Povoado Areias (Areia Branca); C) Povoado Bom Jardim (Itabaiana); D) Povoado Boqueirão (Areia Branca)	28
Figura 5 - Mapa de um dos povoados, formado pelo mosaico a partir de imagens do <i>Google Earth</i> (imagens de 2018), impressas em folha A4.....	31
Figura 6 - Frequência de visitas dos entrevistados ao Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe (n=706)	37
Figura 7 - Conhecimento sobre o órgão gestor do Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe, de acordo com os, (n=706)	39
Figura 8 - Conhecimento quanto ao uso e exploração dos alvos de conservação que constam no plano de manejo do Parque Nacional Serra de itabaiana, Sergipe (n=706).....	40
Figura 9 - Atitude dos moradores dos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana quanto a própria Unidade de Conservação (n=706)	42

LISTA DE SIGLAS

CAAE	Certificado de Apresentação para a Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
ENCEA	Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN	Instrução Normativa
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PARNASI	Parque Nacional Serra de Itabaiana
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Plano de Manejo
PNAP	Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC	Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
3	OBJETIVO	25
3.1	Objetivos específicos.....	26
4	METODOLOGIA	26
4.1	Área de estudo	26
4.2	Procedimentos metodológicos	29
4.2.1	Coleta de dados.....	30
4.2.2	Análise de.....	33
5	RESULTADOS	35
5.1	Características socioeconômicas dos moradores dos 20 povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana.....	35
5.3	Conhecimento dos moradores do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana quanto aos Alvos de Conservação	39
5.4	Atitudes dos moradores do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana quanto a própria UC	41
6	DISCUSSÃO	42
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS	56
	ANEXO A.....	69
	ANEXO B	71

APÊNDICE A	72
APÊNDICE B	73
APÊNDICE C	76
APÊNDICE D	79
APÊNDICE E	83
APÊNDICE F	86
APÊNDICE G	87
APÊNDICE H	88

1 INTRODUÇÃO

O mundo vem passando por um período de transição na relação sociedade-natureza através do desenvolvimento de novos processos e mecanismos que visam modificar a forma como o ser humano vem se relacionando com ele mesmo e com o ambiente a sua volta. O homem como parte integrante da natureza sempre dependeu dos recursos naturais para sua sobrevivência, porém, com o aumento da população e o processo crescente de urbanização vinculado à elevação do consumo, surgiu uma maior necessidade quanto ao uso e exploração dos ecossistemas naturais.

Atualmente, inúmeras pesquisas e incansáveis discussões acerca da questão ambiental no mundo e no Brasil vêm mostrando diversos caminhos para impedir e mitigar os prejuízos e ameaças que o homem vem causando à natureza. Um dos caminhos, bastante conhecido e estudado é a proteção legal de áreas naturais, principalmente àquelas que possuem certa relevância e/ou sofrem algum tipo de ameaça advinda das atividades antrópicas.

Desde o século XX essas áreas vêm sendo instituídas de diversas formas no Brasil a partir de inúmeros instrumentos jurídicos, porém, foi a partir da Constituição Federal de 1988, através do seu artigo 225 que trata das questões ambientais brasileiras, que ficou assegurado que : “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988), cabendo assim ao poder público:

Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988).

As questões ambientais são altamente dinâmicas e não devem ser limitadas pela rigidez de uma Constituição, dessa forma, ficou estabelecido o que atualmente chama-se de espaço territorial especialmente protegido, deixando por conta do legislador infraconstitucional ou interprete das normas, defini-lo (MEDEIROS, 2006; PEREIRA, SCARDUA, 2008). No Brasil, esses espaços foram adotados oficialmente através de cinco tipologias: as terras indígenas, instituídas pela Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973; os territórios quilombolas, instituídos pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; as áreas de preservação permanente e reserva legal, instituídas pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e as unidades de

conservação (UCs) instituídas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (PEREIRA; SCARDUA, 2008).

Dentre as tipologias mais relevantes e abrangentes atualmente no Brasil, encontram-se as UCs, que surgiram após a discussão sobre um projeto que buscava criar um sistema nacional que unificasse algumas categorias de áreas protegidas já existentes em um único ordenamento jurídico. Tal discussão durou mais de 10 anos no Congresso Nacional, até se tornar lei (BENSUSAN, 2006). A referida lei regulamentou o artigo 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e estabeleceu critérios e normas para a criação, implementação e gestão das UCs (BRASIL, 2000).

Após quase dezenove anos da instituição do SNUC, os desafios são diversos no tocante à sua gestão, gerando muitos problemas que estão relacionados à falta de recursos humanos e financeiros e à maneira com que tais áreas foram e ainda são implementadas, onde muitas comunidades acabaram sendo desalojadas e foram submetidas às restrições de usos da área, sem terem tido explicações nem compensações, o que gerou e vem gerando conflitos socioambientais e culturais entre essas populações e os órgãos gestores de tais espaços (BENSUSAN, 2006).

Para o fortalecimento da gestão desses espaços, a lei do SNUC estabeleceu diretrizes em seu Art. 5º, onde, em seu inciso III diz que o SNUC deve: “assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, 2000). Também prevê em seu texto algumas ferramentas de extrema importância para seu planejamento, dentre elas o plano de manejo, o qual é definido em seu Art. 2º, inciso XVII como: “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais da UC, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000).

O SNUC divide-se em duas grandes categorias que buscam atender a diferentes estratégias de gestão, dentre elas a de proteção integral, que abrange cinco categorias mais restritivas quanto ao uso dos recursos naturais, as quais vêm sendo palco constante de conflitos socioambientais entre os moradores e sua gestão, uma vez que é restringida e na maioria delas, proibida a presença de pessoas dentro dos seus limites, sendo apenas permitido usufruir dos benefícios advindos dos serviços ambientais que elas oferecem, a realização de pesquisas, a promoção de atividades de educação ambiental e a depender da categoria, o lazer e a recreação com a natureza (BRASIL, 2000).

Dentro desse grupo, a categoria mais conhecida e representativa são os parques nacionais (BENSUSAN, 2006), que têm por objetivo básico estabelecido no Art. 11º da lei do SNUC:

A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

No Brasil essa categoria é a mais antiga e surgiu a partir do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, que instituiu o primeiro Código Florestal brasileiro e deu origem aos primeiros Parques Nacionais: o do Itatiaia, entre a divisa de Minas Gerais e Rio de Janeiro, em 1937, o da Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro, e o do Iguaçu no Paraná, ambos criados em 1939 (BENSUSAN, 2006).

Os parques nacionais sofrem diversas pressões por não ser permitido o uso direto dos seus recursos naturais, seja com o uso da terra para agricultura, a caça, a extração de madeira para uso doméstico, dentre outros, gerando conflitos com as comunidades locais que possuem uma relação sociocultural com a região, e quando não conhecem ou não entendem a importância e os objetivos específicos para o qual a UC foi criada, tornam-se indiferentes quanto ao apoio à sua gestão, tornando vulneráveis os recursos naturais ali destinados à conservação (STRUHSAKER et al., 2005).

Em Sergipe, estado localizado na região Nordeste do Brasil, a preservação e conservação dos remanescentes naturais no âmbito do SNUC estão asseguradas em 17 UCs, sendo 12 de uso sustentável e cinco de proteção integral (MMA, 2018), e dentre essas, o Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI), a maior e mais representativa UC do estado, de extrema importância para a região, pois protege a biodiversidade, os ecossistemas naturais de zona de transição de Mata Atlântica e Caatinga, as belezas cênicas das montanhas e os recursos hídricos que abastecem diversos municípios da região, inclusive a capital Aracaju (ICMBIO, 2016).

O parque foi criado no ano de 2005, através de inúmeras manifestações favoráveis, dentre as quais, por ser considerado um acontecimento importante para a preservação e conservação dos recursos naturais da região (SANTOS, 2007). Porém, tendo em vista a presença de moradores na região, mesmo antes sua criação e implantação, e o fato de possuírem relações de dependência com os recursos naturais ali existentes para sua sobrevivência econômica e cultural, através do uso da água para a agricultura e a criação de animais, tornou-se importante por parte da gestão do parque compreender suas necessidades e estabelecer uma

relação saudável, na busca de mitigar as ameaças aos ecossistemas locais e contribuir para a preservação e conservação dos recursos naturais (SOUZA et al., 2015).

O PARNASI é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ainda não teve seu conselho formado e seu primeiro plano de manejo foi publicado em 2016 com o objetivo de levar a UC a alcançar sua visão de futuro, que é se tornar:

Uma área de transição do litoral ao semiárido sergipano, saudável, com rica geo e biodiversidade, mantendo belezas naturais ímpares, riqueza cultural e inúmeras nascentes, proporcionando qualidade de vida para as presentes e futuras gerações (ICMBIO, 2016, p.131).

O plano de manejo foi elaborado através de uma construção coletiva entre o ICMBIO, Instituições de Ensino Superior da região, entidades governamentais e não governamentais e os cidadãos que se dispuseram a participar do processo, sendo na grande maioria, servidores do ICMBIO e de outras instituições ambientais, não havendo a participação real e efetiva dos moradores dos povoados do entorno do parque (GONÇALVES et al., 2014). De acordo com Souza; Ennes (2016), é importante que todos os atores sociais que se relacionam com UCs participem de forma efetiva do processo decisório, não estando apenas presentes, mas discutindo sobre as questões que estão relacionadas aos aspectos socioculturais e ambientais dos seus povoados.

Para atender seus objetivos e alcançar sua visão de futuro, o plano de manejo do PARNASI estabeleceu cinco alvos de conservação (recursos hídricos; áreas herbáceo-arbustivas; florestas; flora lenhosa, madeireira e ornamental e; espécies caçadas), os quais representam a base para o fomento dos objetivos quanto ao planejamento das estratégias e ações futuras de conservação, e foram correlacionados com suas ameaças, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1- Caracterização dos alvos de conservação identificados pelo plano de manejo do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI), em Sergipe.

Alvos de Conservação	Caracterização	Ameaças
Recursos hídricos	Correspondem aos campos gramíneos encharcados nas nascentes, localizados na Serra de Itabaiana, as nascentes nas outras serras e os cursos d'água e suas respectivas matas ciliares, exceto as que estão dentro dos ambientes de florestas.	Lixo, instalação e uso das estradas e trilhas internas, parcelamento e uso do solo em direção ao Parque, conversão do uso do solo para pecuária e agricultura e incêndios.
Áreas herbáceo-arbustivas	Correspondem às áreas com vegetação herbáceo-arbustiva dos campos de gramíneas e as areias brancas.	Instalação e uso das estradas e trilhas internas, parcelamento e uso do solo em direção ao Parque, conversão do uso do solo para pecuária e agricultura, extração mineral, incêndios e corte seletivo de espécies lenhosas e madeiras.
Florestas	Áreas com vegetação predominantemente arbórea, sempre verde e que perde parte das folhas em determinadas épocas do ano. Incluem as matas ciliares que estão no meio da mata.	Linha de transmissão de energia, parcelamento e uso do solo em direção ao Parque, conversão do uso do solo para pecuária e agricultura, incêndios e corte seletivo de espécies lenhosas e madeiras.
Flora lenhosa, madeira e ornamental	Todas as espécies da flora que são coletadas para uso doméstico. Como exemplos, temos as orquídeas, os cactos cabeça de frade, as samambaias e bromélias.	Incêndios, extração de parte vegetais não madeiras, corte seletivo de espécie lenhosas e madeiras.
Espécies caçadas	Todas as espécies da fauna silvestre que são vítimas de caça e coleta no parque.	Incêndios, caça e captura e tráfego de veículos nas estradas externas asfaltadas.

Fonte: ICMBIO, 2016.

Diversas pesquisas vêm sendo realizadas no PARNASI, nas mais variadas áreas, como: ecoturismo (COSTA, 2014a; COSTA, 2014b; OLIVEIRA et al, 2009; SANTOS, 2007), sustentabilidade (ENNES et al., 2009), impactos ambientais (SOBRAL et al., 2007; TELES et al., 2013), educação ambiental (SANTOS, 2015; SOUZA, 2014), flora (DANTAS; RIBEIRO, 2010a; DANTAS; RIBEIRO, 2010b), dentre outras. No que diz respeito às questões socioambientais, Figueirêdo; Souza, (2013), identificaram que o processo de institucionalização do PARNASI foi caracterizado pela supervalorização das questões políticas e econômicas, sem dar a devida importância a este aspecto, até o devido momento.

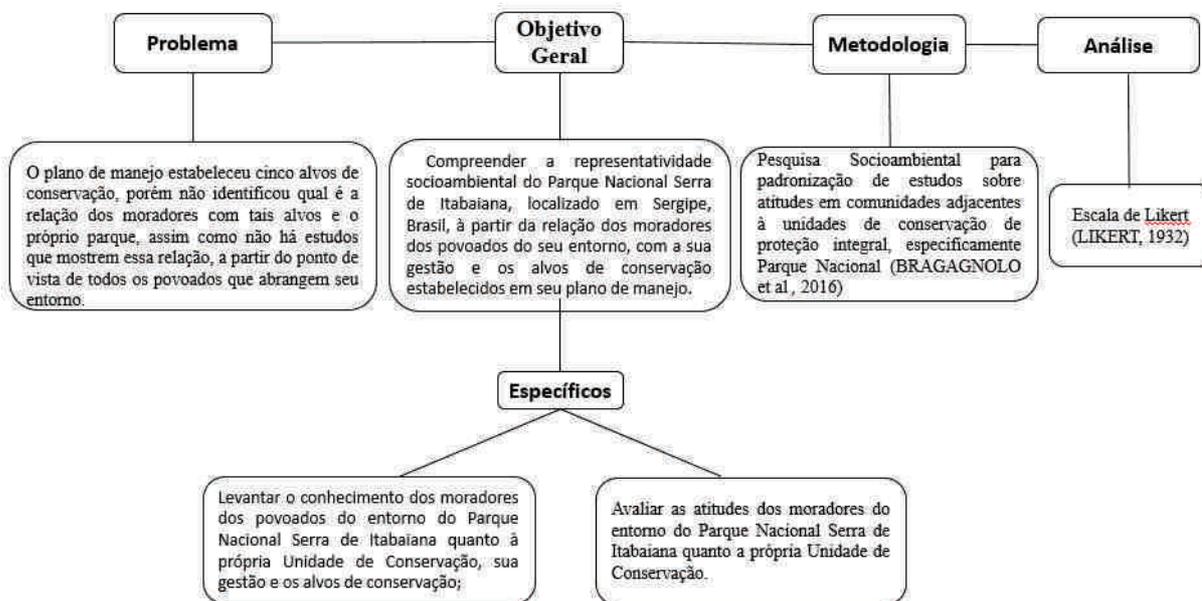
Há, portanto, um grande risco do PARNASI vir a se tornar um “parque de papel”, tendo em vista a falta de planejamento, a não efetiva participação da população local na sua gestão e o fato de demonstrarem pouco conhecimento sobre a existência do parque. Dessa maneira, a participação através do reconhecimento e uso dos conhecimentos ambientais dos moradores dos povoados do entorno são imprescindíveis para a condução do plano de manejo (SOUZA et al. 2015).

Intencionando contribuir para o desenvolvimento de pesquisas socioambientais, a partir de levantamento bibliográfico, foram encontrados alguns estudos que investigaram os povoados do entorno do PARNASI, porém, nenhum deles abrangendo todos os povoados que constam no plano de manejo. Souza et al. (2015) analisaram a participação dos moradores de quatro povoados do entorno do PARNASI (Rio das Pedras, Bula Cinza, Serra e Ribeira), na implantação e gestão da UC, concluindo que a vulnerabilidade socioeconômica e ambiental dos moradores, junto ao pouco conhecimento sobre a existência do PARNASI são fatores que têm dificultado um maior envolvimento com o parque e sua gestão, sugerindo assim, novos estudos socioambientais que abordem a relação dos moradores do entorno com a UC.

Não foram encontrados estudos sobre os conhecimentos e atitudes dos moradores quanto aos alvos de conservação, e nem sobre a importância e representatividade do parque para a região. Nesse sentido, o presente estudo busca compreender de que forma o PARNASI vem sendo um espaço representativo quanto às questões socioambientais, perante a relação da população local de 20 povoados, e seus conhecimentos quanto aos recursos naturais, estabelecidos como alvos de conservação em seu plano de manejo.

Dentro desse contexto, as questões de pesquisa do presente estudo são: qual é o conhecimento dos moradores dos povoados do entorno do PARNASI sobre a própria UC, sua gestão e os alvos de conservação? E de que forma as atitudes dos moradores dos povoados do entorno do PARNASI quanto ao próprio parque vêm influenciando sua representatividade como espaço de conservação e proteção ambiental na região? Na Figura 1 encontra-se um organograma descrevendo a estrutura da pesquisa no que se refere ao problema, os respectivos objetivos, a metodologia e a análise de dados.

Figura 1 - Organograma demonstrando a estrutura da presente pesquisa.



Fonte: Autor da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As áreas protegidas vêm sendo incluídas no centro das questões socioambientais e econômicas, visto que continuam vulneráveis às mudanças ambientais geradas pelas atividades antrópicas (LOVEJOY, 2006). No Brasil, destacam-se as Unidades de Conservação de proteção integral, estabelecidas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e não permitem o uso e exploração dos recursos naturais de forma direta no seu interior (Brasil, 2000).

Dentro desse grupo, os parques nacionais sempre foram vistos como ilhas de conservação, porém, ao longo das últimas décadas, estudos vêm mostrando que essas áreas, na maioria das vezes, não são totalmente isoladas e possuem comunidades rurais que habitam o seu interior ou seu entorno e dependem dos recursos naturais ali existentes (BUTA et al., 2014), através de hábitos socioculturais baseados no uso do solo, da água, da fauna e da flora (STRUHSAKER et al. 2005; SOUZA; ENNES, 2016; VEDELDO et al, 2007).

A agricultura e a exploração de produtos florestais são consideradas as principais atividades desenvolvidas por comunidades rurais dentro dos limites e no entorno dos parques, onde as regulamentações vêm sendo desobedecidas, seja pela falta de conhecimento e informação que as pessoas têm sobre os parques, seja perante a falta de fiscalização e aplicação

de penalidades (HAUFF, 2004), que, apesar de serem um dever legal da gestão de tais espaços, a realidade tende a enfrentar outros aspectos além do que foi estabelecido pela legislação (PIMENTEL et al., 2011).

Por essas comunidades apresentarem convívio diário com os recursos naturais, através de seu uso para alimentação e geração de renda, seus conhecimentos específicos e sua visão de mundo se tornam relevantes para a compreensão do ambiente local e, conseqüentemente para auxiliar a gestão do parque (ALMUDI; KALIKOSKI, 2009). Dentro desse contexto, os parques nacionais têm se manifestado como espaços importantes para se obter informações de acordo com o contexto sociocultural quanto à interação sociedade-natureza e também para a compreensão dos desafios perante o uso dos seus recursos naturais (PIMENTEL et al., 2011), levando em consideração as inter-relações com as comunidades locais, dentro dos seus fatores estratégicos de planejamento e gestão (D'OLIVEIRA et al., 2002; BRAGAGNOLO et al., 2016).

O planejamento e gestão dos parques devem atuar de acordo com os objetivos prévios estabelecidos pelo SNUC, juntamente com a criação de alternativas e condições para o seu cumprimento, a partir do contexto local e da relação com seus atores sociais e seus comportamentos (POL, 2003). Sendo assim, tais espaços não devem se dissociar das questões sociais, culturais e econômicas e são importantes para conciliar a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos seus recursos naturais, as oportunidades e a capacidade de ação conjunta entre as comunidades e sua gestão (SHERL et al., 2006).

Para auxiliar o processo de planejamento e gestão desses espaços, o SNUC estabeleceu o plano de manejo, que deve englobar toda a área da UC, através de medidas que promovam a integração da conservação da biodiversidade, com o desenvolvimento socioeconômico e o bem estar das comunidades envolvidas (BRASIL, 2000). Nesse sentido, o conhecimento das populações locais sobre os recursos naturais e as UCs é um tema que vem sendo amplamente estudado e pode contribuir para a conservação de ecossistemas de acordo com a elaboração dos planos de manejo (FUENTES, 2013).

Considerado o instrumento mais importante de planejamento e gestão de uma UC, deve ser fonte primária de dados, projetos, programas e metas de conservação (DRUMOND et al., 2006; DOUROJEANNI, 2003), através da análise atual da conjuntura em que a UC se encontra, como suas pressões, ameaças, oportunidades e potencialidades, assim como o estabelecimento de regras e a regulamentação do uso dos recursos naturais, através do seu zoneamento (SANTOS, 2011).

A participação dos usuários dos recursos naturais na gestão dos parques amparada pelo plano de manejo, tende a reduzir as barreiras impostas pela gestão dessas áreas e diminuir as ameaças quanto aos recursos, através da promoção de práticas culturais mais sustentáveis, adaptadas às condições ambientais locais (DOWSLEY, 2009). O conhecimento quanto às práticas culturais e à utilização dos recursos naturais pelas comunidades torna-se então fundamental para se poder realizar o manejo de maneira adequada, coerente com os objetivos do parque, dentro do seu processo de gestão (ALMEIDA; SILVA, 2012, SOUZA et al., 2015).

Sendo assim, o plano de manejo deve abordar tais conhecimentos e a visão que as comunidades têm quanto ao significado e importância da UC para a região (GALANTE et al., 2002) que seja de acordo com suas realidades e necessidades e relevante quanto à valorização das suas características peculiares e das questões socioambientais, promovendo assim, padrões mais sustentáveis no uso dos recursos naturais (ALBAGLI; MACIEL, 2004), de forma a garantir a possibilidade de gerar benefícios para o parque e os povoados do seu entorno (DIMITRAKOPOULOS et al., 2010).

O levantamento das informações relacionadas aos moradores do entorno dos parques e suas relações com a natureza são importantes para elaborar políticas de preservação dos recursos naturais destas áreas (CUNHA et al., 2007), transcendendo tais espaço de categoria biológica à categoria sociológica, levando em consideração a racionalidade social (LEFF, 2002). O conhecimento obtido a partir da análise das questões socioambientais vem sendo utilizado para incluir as populações locais em iniciativas de gestão e participação conjunta no manejo dos recursos naturais (PRELL et al., 2009).

Diante esse aspecto, torna-se necessário, além de levantar os conhecimentos e a visão que as comunidades têm sobre os parques, compreender suas relações quanto ao uso dos recursos naturais (ANTHONY, 2007), no sentido de obter mais clareza frente às atitudes negativas, e poder assim, elaborar estratégias no sentido de revertê-las em atitudes positivas (INFIELD; NAMARA, 2001), que servirão como base para tomadas de decisões mais coerentes com as realidades locais, e poderão auxiliar no cumprimento das metas de conservação propostas pela UC (FANCY et al., 2008).

A compreensão entre a relação do ser humano com as áreas protegidas a partir de suas atitudes pode contribuir no sentido de esclarecer as influências de suas ações e os mecanismos que levam a seus comportamentos com o meio ambiente (OTERO, 2005). Avaliar suas atitudes dentro desse contexto, gera subsídio para fortalecer as estratégias da UC, através de programas de conservação que sejam voltados às mudanças de comportamento prejudiciais aos ecossistemas naturais (INFIELD; NAMARA, 2001), através do conhecimento e valorização

dos indivíduos quanto ao ambiente em que eles interagem e por meio de suas ações socioculturais e econômicas (CORRAL-VERDUGO; PINHEIRO, 2004).

A relação que as comunidades têm quanto ao uso dos recursos naturais é importante dentro da perspectiva de se compreender a relação que as comunidades têm com as próprias questões ambientais e com o parque (ALLENDORF et al., 2007), e seus conhecimentos e atitudes devem ser fundamentados de acordo com o contexto socioambiental, de acordo com os interesses quanto ao meio ambiente que os circundam (MARIN, 2003).

A avaliação das atitudes sobre os parques tem se mostrado importante para o planejamento e gestão dessas áreas, pois fornece diversas ferramentas que, a partir de ações e estratégias, visam melhorar suas relações com os moradores do seu entorno (BRAGAGNOLO et al., 2016) e também é importante para o fornecimento de dados que contribuam para que essas populações adquiriam valores socioambientais positivos e aumente o interesse sobre as questões ambientais, de forma a serem incentivadas a participarem de forma ativa na sua conservação (OTERO, 2005).

A conservação da natureza vem sendo cada vez mais abordada a partir da perspectiva da sustentabilidade dos recursos naturais, através do incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, como a água, o solo, a fauna e a flora, envolvendo a preservação e a regeneração dos ambientes naturais já degradados (HASSLER, 2005). Diante disso, as áreas protegidas de modo geral, devem ser participativas, perante uma gestão que contribua com os interesses socioambientais, através de um plano de manejo adequado, no sentido de fornecer um banco de dados confiável, garanta seu sucesso a longo prazo e seu valor para as gerações futuras (FERRARI, 2005).

Nesse sentido, Bragagnolo et al. (2016), sugerem integrar a avaliação das atitudes das comunidades do entorno de UCs de proteção integral na sua gestão, visando apoiar o desenvolvimento de estratégias e ações que tragam emancipação social quanto ao desenvolvimento socioambiental e à utilização sustentável dos recursos naturais.

3 OBJETIVO

Compreender a representatividade socioambiental do Parque Nacional Serra de Itabaiana, localizado em Sergipe, Brasil, a partir da relação dos moradores dos povoados do seu entorno com a sua gestão e com os alvos de conservação estabelecidos em seu plano de manejo.

3.1 Objetivos específicos

- Levantar o conhecimento dos moradores dos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana quanto à própria Unidade de Conservação, sua gestão e os alvos de conservação;
- Avaliar as atitudes dos moradores do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana quanto à própria Unidade de Conservação;

4 METODOLOGIA

4.1 Área de estudo

O Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) ($10^{\circ}42'36''$ e $10^{\circ}50'16''$ S, e $37^{\circ}16'42''$ e $37^{\circ}25'14''$ O) é uma unidade de conservação federal de proteção integral e possui uma área de 7.990,60 ha. Está inserido no agreste do estado de Sergipe, zona de transição entre os Biomas Mata Atlântica e Caatinga, distante 38 km da capital Aracaju. É composto por um complexo de três serras (de Itabaiana, Comprida e do Cajueiro) (Figura 2) e sua área abrange cinco municípios: Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'ajuda e Campo do Brito (ICMBio, 2016).

Figura 2 - Complexo das três serras que pertencem ao Parque Nacional Serra de Itabaiana.



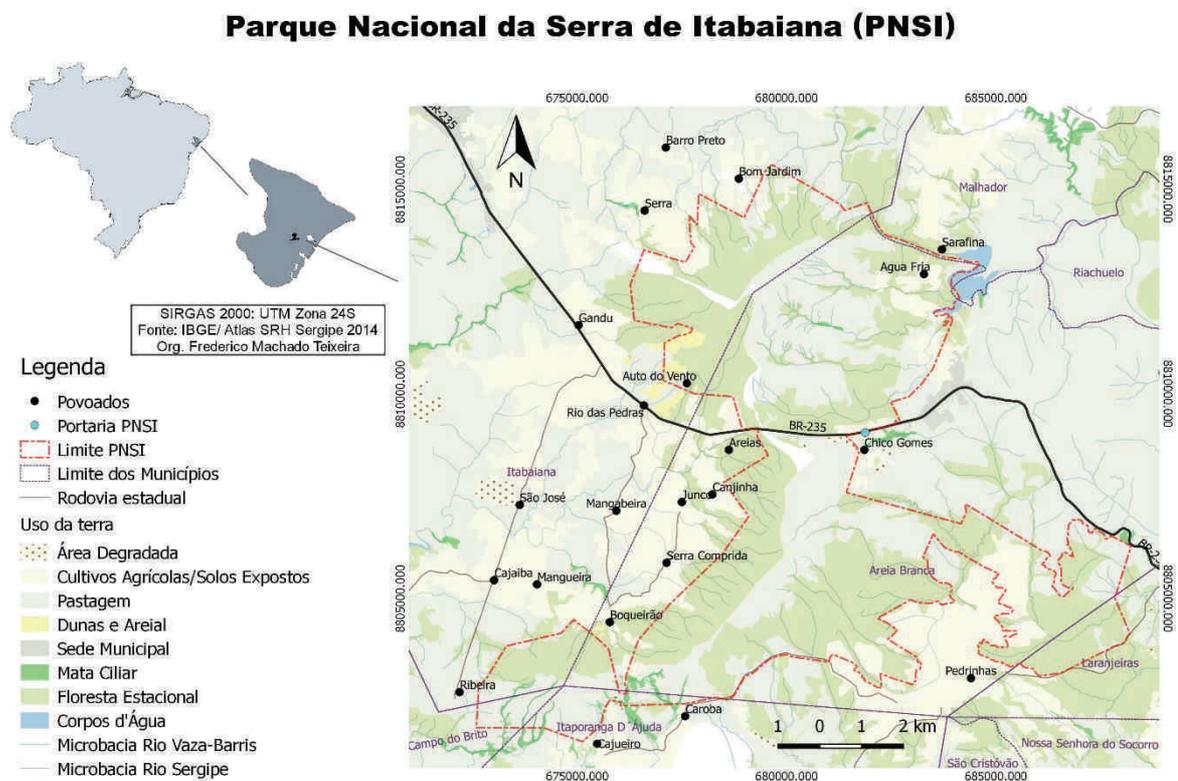
Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

O PARNASI foi inicialmente classificado como Estação Ecológica Serra de Itabaiana e posteriormente, por meio do Decreto de 15 de junho de 2005, publicado no Diário Oficial da União, edição número 114 de 16 de junho de 2005, foi categorizado como parque nacional, sendo o único desta categoria no estado de Sergipe, e tem como objetivo “preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o

desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de turismo ecológico” (ICMBio, 2016, p.1). Desde 2007, com a aprovação da Lei nº 11.516, de 28 de agosto, é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão de todas as UCs federais do País, o qual publicou em julho de 2016 o primeiro plano de manejo para o PARNASI e atualmente, seu conselho gestor encontra-se em formação.

De acordo com o plano de manejo do PARNASI, há 21 povoados no seu entorno (Caroba, Cajueiro, Ribeiras, Boqueirão, Mangueira, Cajaíba, Serra Comprida, Mangabeira, Canjinha, Junco, São José, Areias, Auto dos Ventos, Rio das Pedras, Gandu, Serra, Bom Jardim, Barro Preto, Chico Gomes, Pedrinhas e Sarafina), pertencentes aos municípios de Itabaiana, Areia Branca e Malhador (ICMBIO, 2016) (Figura 3). O presente estudo foi desenvolvido em 20 povoados, pois não foi possível realizar a pesquisa no povoado Sarafina, município de Malhador, por estar numa área de difícil acesso e não ter sido encontrado após duas tentativas de visitas.

Figura 3 - Parque Nacional Serra de Itabaiana, localizado em Sergipe, Brasil, com mapeamento dos 21 povoados do entorno que constam em seu plano de manejo.



Fonte: Frederico Machado Teixeira, 2018.

Os povoados estão inseridos na mesorregião do Agreste sergipano, a segunda região mais populosa do estado, atrás apenas da mesorregião do Leste sergipano, onde está situada a capital Aracaju (ROLIM et al., 2006). Caracteriza-se por ser uma região em crescente urbanização, porém, os povoados estudados situam-se na região rural dos municípios, onde a agricultura é o principal meio de sobrevivência da população (ICMBio, 2016) (Figura 4).

Figura 4 - Imagens de quatro povoados rurais do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana produzidas durante a pesquisa de campo. A) Povoado Cajueiro (Areia Branca); B) Povoado Areias (Areia Branca); C) Povoado Bom Jardim (Itabaiana); D) Povoado Boqueirão (Areia Branca).



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

O Produto interno bruto (PIB) destes municípios é inferior às médias nacional e estadual (IBGE, 2013), o que os caracterizam por estarem em uma região com carências, principalmente na zona rural, como falta de saneamento básico, de serviços como postos de saúde, escolas e segurança. Itabaiana é o quarto município mais populoso do estado, sendo que quase 80% da população situa-se na área urbana, já Areia Branca é menos populoso, e pouco mais da metade da população ainda vive na área rural (Quadro 2).

Quadro 2 - Características sócio demográficas dos municípios Itabaiana e Areia Branca, localizados na mesorregião do Agreste sergipano, onde está localizado o Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe, Brasil.

Município	População total	População Urbana	População Rural	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	PIB
Areia Branca	16.857	8.191 (48,59 %)	8.666 (51,40 %)	0.579	8.742,46
Itabaiana	86.967	67.717 (77,86%)	19.264 (22,15%)	0.642	17.551,64

Fonte: IBGE, 2010.

O município de Itabaiana, onde estão situados 10 dos povoados do entorno do PARNASI é caracterizado por manifestações culturais ligadas à igreja, como o reisado, vias sacras e a trezena de Santo Antônio, ocasião quando acontece a festa dos caminhoneiros. A base econômica do município é a agropecuária, juntamente com atividade de serviços e comércio. O município de Areia Branca, onde também estão situados 10 dos povoados na região do entorno do PARNASI possui manifestações culturais relacionadas aos festejos juninos, tendo como destaque o forró pé-de-serra e sua economia também está voltada para a agropecuária, serviços e comércio (ICMBIO, 2016).

4.2 Procedimentos metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como exploratório, descritivo e de natureza quantitativa, realizado a partir de informações empíricas, por meio da aplicação de questionário, obedecendo aos aspectos éticos e legais para realização de pesquisas com seres humanos, de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (CNS, 2012). Foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética (CEP) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), pelo parecer nº. 2.771.622 e Certificado de Apresentação para a apreciação Ética (CAAE) nº. 91972418.1.0000.5546 (Anexo A). As informações obtidas foram condicionadas ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), assinado pelo pesquisador autor deste estudo e pelos entrevistados.

Por ser um estudo realizado no entorno de unidade de conservação federal, foi também submetido e aprovado pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), de acordo com o nº 631081 (Anexo B), para obtenção da coleta de dados no interior e na área

de influência da Unidade de Conservação sob administração do ICMBio, em acordo com a Instrução Normativa nº 3, de 01º de setembro de 2014 (MMA, 2014).

4.2.1 Coleta de dados

Foi utilizada a metodologia baseada em Pesquisa Socioambiental para Padronizar Estudos sobre Atitudes em comunidades Adjacentes à Unidades de Conservação de Proteção Integral, especificamente Parque Nacional no Brasil, que consiste em três etapas: 1) elaboração de questionário para estudo das atitudes, focado na pesquisa socioambiental para ser aplicado em comunidades localizadas no entorno de unidades de conservação; 2) desenvolvimento de um protocolo de aplicação do questionário e; 3) aplicação do questionário nas comunidades do entorno da UC (BRAGAGNOLO et al., 2016).

Na Etapa 1 foi elaborado o questionário para ser aplicado a UCs de proteção integral, especificamente para a categoria parque nacional, uma vez que é a categoria mais consolidada e representativa no Brasil, onde as atividades humanas são restritas e somente é permitido o uso indireto dos seus recursos, como recreação, turismo e educação ambiental (BENSUSAN, 2006).

Bragagnolo et al. (2016) recomendam abordar temas prioritários para a conservação como: conservação da biodiversidade, das espécies e dos serviços ecossistêmicos; uso e exploração dos recursos naturais; benefícios, custo e ameaças; gestão do parque e relação com os seus funcionários; valor intangível do parque e; ecoturismo. No presente estudo foram abordados apenas os quatro primeiros temas em função dos objetivos da pesquisa.

Os autores supracitados recomendam que o questionário seja adaptado ao contexto local, dessa forma, entre os meses de dezembro de 2017 a março de 2018, foi realizado um estudo piloto com visitas aos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana para reconhecimento da área, identificação de seus limites geográficos e territoriais e proximidade com o PARNASI, além de estabelecer os contatos iniciais e apresentação da pesquisa para os moradores locais. Durante o estudo piloto foram realizadas entrevistas informais sobre a relação dos moradores com o PARNASI e o conhecimento quanto aos seus alvos de conservação, a fim de auxiliar na elaboração do questionário.

O questionário (Apêndice E) foi elaborado de forma a conter três dimensões: 1) Características socioeconômicas dos moradores; 2) Conhecimento dos moradores dos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana quanto à sua gestão e aos alvos de conservação e; 3) Atitudes dos moradores do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana quanto a própria Unidade de Conservação;

Na Etapa 2 e 3, o presente estudo desenvolveu um protocolo de aplicação do questionário, para o qual foram definidos os procedimentos de amostragem e de aplicação do questionário em campo, durante a coleta de dados, como descrito a seguir.

A unidade amostral foi constituída pelas residências dos povoados, onde foi aplicado um questionário a apenas uma pessoa por residência, com idade mínima de 16 anos. A amostragem utilizada foi do tipo probabilística e aleatória simples e, para garantir a representatividade dos dados foram obedecidos os seguintes critérios:

1º: A partir do conhecimento dos limites dos povoados, realizado por meio de visitas prévias e informações dos moradores locais durante o estudo piloto, foi utilizado o *software* livre *Google Earth* (imagens atualizadas em 2018) para visualização das imagens de satélite de cada povoado (Apêndice B), coletadas no período de maio a agosto. Para possibilitar uma melhor visualização das residências, as imagens de cada povoado foram ampliadas, em seguida divididas em partes equivalentes e impressas em folha A4, a fim de compor um mosaico de imagens ampliadas, formando um mapa para cada povoado (Figura 5).

Figura 5 – Mosaico de imagens obtidas no *Google Earth* ampliadas, utilizadas na pesquisa de campo, em maio de 2018, no povoado Cajueiro, entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe, Brasil.



Foto: Adryanne Arcanjo Costa, 2018.

2º: Utilizando o *software Google Earth*, as residências de cada povoado receberam uma numeração sequencial com base na delimitação de seus telhados e foi verificado o número total de residências em cada povoado (Apêndice B). Em seguida, foi definido o tamanho da amostra

(Apêndice C), de acordo com a equação de Barbetta (2002), considerando o erro amostral tolerado de 10% e nível de confiança de 95% (Quadro 3):

$$\text{Fórmula 1: } n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

$$\text{Fórmula 2: } n = \frac{N.n_0}{N+n_0}$$

Onde:

- n_0 = primeira aproximação do tamanho da amostra;
- E_0 = erro amostral tolerado;
- N = tamanho da população;
- n = tamanho da amostra.

Quadro 3 - Número total de residências dos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana, SE e tamanho das suas respectivas amostras.

Município	Povoado	Nº de residências	Tamanho da amostra
Areia Branca	Areias	161	34
	Pedrinhas	624	41
	Canjinha	165	34
	Boqueirão	57	25
	Chico Gomes	133	33
	Caroba	153	34
	Cajueiro	231	36
	Serra Comprida	167	35
	Junco	504	40
	Auto do Vento	55	24
Itabaiana	Serra	276	38
	Barro Preto	110	31
	Gandu	165	35
	São José	286	38
	Mangueira	249	37
	Bom jardim	371	39
	Mangabeira	280	38
	Rio das pedras	662	41
	Cajaíba	278	38
	Ribeira	206	35
Nº TOTAL		5.133	706

Fonte: Autor da pesquisa, 2017.

3º. Para obtenção das residências a serem amostradas, utilizou-se o *software Excel*, onde foram seguidos os seguintes procedimentos e demonstrados no Apêndice D:

- a) Foram criadas 20 planilhas no *Excel* correspondentes aos 20 povoados. Em cada planilha foi inserido o número total de residências do respectivo povoado na coluna A. Os dados da coluna A foram selecionados e reportados (comando inserir) para a coluna B. A célula A1 foi selecionada e foi utilizada a fórmula “=ALEATÓRIO ()”, gerando um valor decimal e a partir deste valor, foram gerados outros valores decimais até a célula correspondente ao número total de residências de cada povoado.
- b) Os dados de ambas as colunas foram selecionados e foi utilizada a opção “classificar”, seguida de “personalizar classificação” e na opção “ordem”, utilizou-se como critério “do menor para o maior”, o que gerou uma classificação aleatória dos dados da coluna B.
- c) Na coluna B, a partir da célula B1, foram selecionados e marcados com a cor amarela a quantidade de residências representando o n amostral de cada povoado. Para facilitar na logística e identificação das amostras no campo, criou-se uma coluna C, onde o n amostral de cada povoado foi disposto em ordem crescente, e foram selecionados e marcados com a cor azul.
- d) Durante a realização da pesquisa de campo, as residências onde não havia nenhum morador, ou que os moradores se negaram a participar, foram denominadas de “amostras impossibilitadas”, as quais foram identificadas no mapa, e posteriormente selecionadas e marcadas pela cor verde na coluna B. Imediatamente foi selecionada a próxima unidade amostral de acordo com a sequência dada pela coluna B, selecionada e marcada pela cor marrom.

4.2.2 Análise de dados

A escala de Likert foi proposta por Rensis Likert em 1932, é bastante utilizada na área das pesquisas comportamentais (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014) e, devido a sua facilidade de uso é amplamente utilizada em pesquisas para mensurar atitudes e comportamentos (CUNHA, 2007). É uma escala ordinal, ou seja, seus itens se distribuem em uma ordem (crescente ou decrescente), que tem por objetivo mensurar/medir o grau e a intensidade de uma variável (fenômeno/evento/comportamento) através de valores numéricos (MORAIS, 2005), referentes à concordância/discordância de afirmações dentro de um contexto qualitativo, permitindo quantificar os dados, tornando-os empiricamente observáveis através da relação de um conjunto de afirmações que representam as atitudes e comportamentos, de acordo com o que se pretende investigar (ARAUJO et al., 2009).

No presente estudo, a escala de Likert foi construída de acordo com afirmações relacionadas aos temas prioritários de conservação relatados anteriormente, aplicada com cinco níveis de satisfação (discordo totalmente; discordo parcialmente; indiferente; concordo parcialmente; concordo totalmente), de acordo com Silva Júnior; Costa (2014) (Quadro 4).

Quadro 4 - Escala de Verificação de Likert, graus de satisfação de acordo com suas pontuações.

Pontuação	Grau de Satisfação
1	Discordo totalmente
2	Discordo parcialmente
3	Indiferente
4	Concordo parcialmente
5	Concordo totalmente

Fonte: SILVA JÚNIOR; COSTA (2014).

As pesquisas que utilizam escala de Likert possibilitam trazer para suas análises o uso predominante da estatística descritiva, que segundo Ferreira (2005), apresenta os resultados organizados e resumidos em formas de gráficos e tabelas. Likert (1932), propôs que a análise das informações obtidas deve ser feita baseada no cálculo da média das repostas de cada entrevistado a partir da combinação de suas pontuações, gerando um grau para as respostas, obtido a partir da média da pontuação (M) para cada afirmação da escala. A partir de então, gera-se resultados interpretados da seguinte maneira:

$M < 3$ = Discordância

M 3 a 4 = Indiferente

$M > 4$ = Concordância

No presente estudo, inicialmente foram apresentados os valores percentuais dos resultados socioeconômicos da amostra, seguido dos resultados referentes aos conhecimentos sobre o Parque Nacional Serra de Itabaiana e à sua gestão, e por fim, foram apresentados os valores percentuais, a frequência absoluta e a média para cada afirmação construída na escala de Likert, de acordo com os conhecimentos referentes aos alvos de conservação e às atitudes quanto ao Parque Nacional Serra de Itabaiana.

5 RESULTADOS

Os resultados apresentados a seguir são referentes à coleta de dados realizada durante o período de maio a agosto de 2018, por meio de questionário aplicado a um total de 706 moradores residentes em 20 povoados (Caroba, Cajueiro, Ribeiras, Boqueirão, Mangueira, Cajaíba, Serra Comprida, Mangabeira, Canjinha, Junco, São José, Areias, Auto dos Ventos, Rio das Pedras, Gandu, Serra, Bom Jardim, Barro Preto, Chico Gomes e Pedrinhas) do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana em Sergipe.

5.1 Características socioeconômicas dos moradores dos 20 povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana

O perfil socioeconômico dos entrevistados, como pode ser observado na Tabela 1, caracterizou-se por ter maior predominância, 61,05% (n=431), de entrevistados do sexo feminino, sendo mais da metade dos moradores, 62,04% (n=438), naturais da região do estudo. A faixa etária predominante foi composta de entrevistados com idade entre 30 e 49 anos, 40,36% (n=285); seguido de 16 a 29 anos, 27,62% (n=188) e; de 50 a 69 anos, 26,34% (n=186). Quanto ao grau de escolaridade, a maior parte dos entrevistados cursou o fundamental incompleto, 56,23% (n=397).

Com relação ao estado civil, houve predominância de casados(as) ou que vivem juntos, 60,05% (n=424); seguido de solteiros(as), 28,33% (n=200). Com relação à ocupação profissional, predominou agricultores(as), 41,50% (n=293) e; aposentados(as), 19,12% (n=135). Por fim, a renda familiar concentrou-se na faixa de até dois salários mínimos, 66% 86 (n=465); seguido de pessoas sem renda, 30,45% (n=215).

Tabela 1. Características socioeconômicas dos entrevistados, moradores dos 20 povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe (n=706).

Caracterização		Porcentagem da amostra (n=número de entrevistados)
Gênero	Feminino	61,05 (n=431)
	Masculino	39,95 (n=275)
Local de nascimento	Nasceu na região	62,04 (n=438)
	Não nasceu na região	37,96 (n=268)

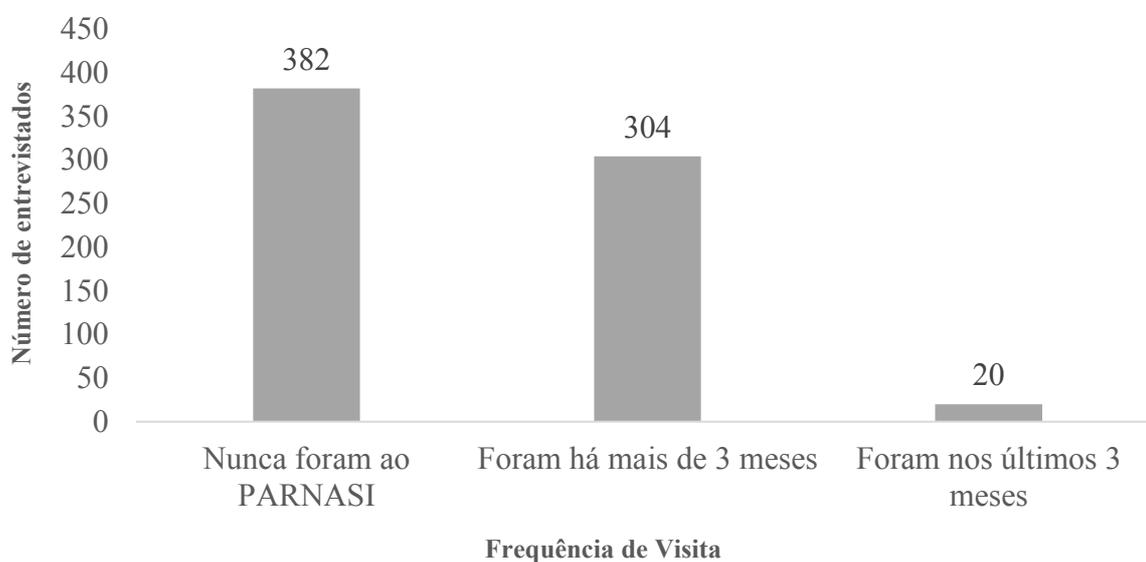
Faixa etária	16 a 29 anos	27,62 (n=188)
	30 e 49 anos	40,36 (n=285)
	50 a 69 anos	26,34 (n=186)
	Mais de 69 anos	06,65 (n=47)
Estado Civil	Solteiro(a)	28,33 (n=200)
	Casado(a)/Mora junto	60,05 (n=424)
	Divorciado(a)	05,81 (n=41)
	Viúvo(a)	05,81 (n=41)
Ocupação profissional	Desempregado	07,08 (n=50)
	Empregado/assalariado	08,49 (n=60)
	Autônomo	07,79 (n=55)
	Agricultor	41,50 (n=293)
	Funcionário Público	0,84 (n=06)
	Estudante	04,81 (n=34)
	Aposentado(a)	19,12 (n=135)
Dono(a) de casa	10,33 (n=73)	
Grau de escolaridade	Nunca frequentou a escola	06,65 (n=47)
	Fundamental Incompleto	56,23 (n=397)
	Fundamental Completo	10,19 (n=72)
	Médio Incompleto	11,18 (n=79)
	Médio Completo	11,89 (n= 84)
	Superior Incompleto	01,84 (n=13)
	Superior Completo	01,41 (n=10)
	Pós-Graduação	00,56 (n=04)
Renda Familiar	Sem renda	30,45 (n=215)
	Até 2 salários mínimos	65,86 (n=465)
	De 2 a 4 salários mínimos	03,39 (n=24)
	De 4 a 10 salários mínimos	0,14 (n=01)
	De 10 a 20 salários mínimos	0,00 (n=00)
	Acima de 20 salários mínimos	0,14 (n=01)

Fonte: Dados da pesquisa.

5.2 Conhecimentos dos moradores quanto ao Parque Nacional Serra de Itabaiana e à sua gestão

Quanto ao conhecimento dos moradores sobre o PARNASI e sua gestão, 90,23% (n=637) dos entrevistados já ouviram falar sobre a UC. No entanto, mais da metade dos entrevistados, 54,11% (n=382) afirmaram nunca terem ido ao PARNASI, e dentre os que já foram, apenas 2,83% (n=20) disseram ter ido nos últimos três meses (Figura 6).

Figura 6. Frequência de visitas dos entrevistados ao Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe (n=706).



Fonte: Dados da pesquisa.

As motivações para as visitas ao PARNASI, estão descritas na Tabela 2. As principais foram: banhos (n=182); caminhadas (n=120) e; passeio com a escola (n=56), sendo que mais de uma motivação foi mencionada por alguns dos entrevistados.

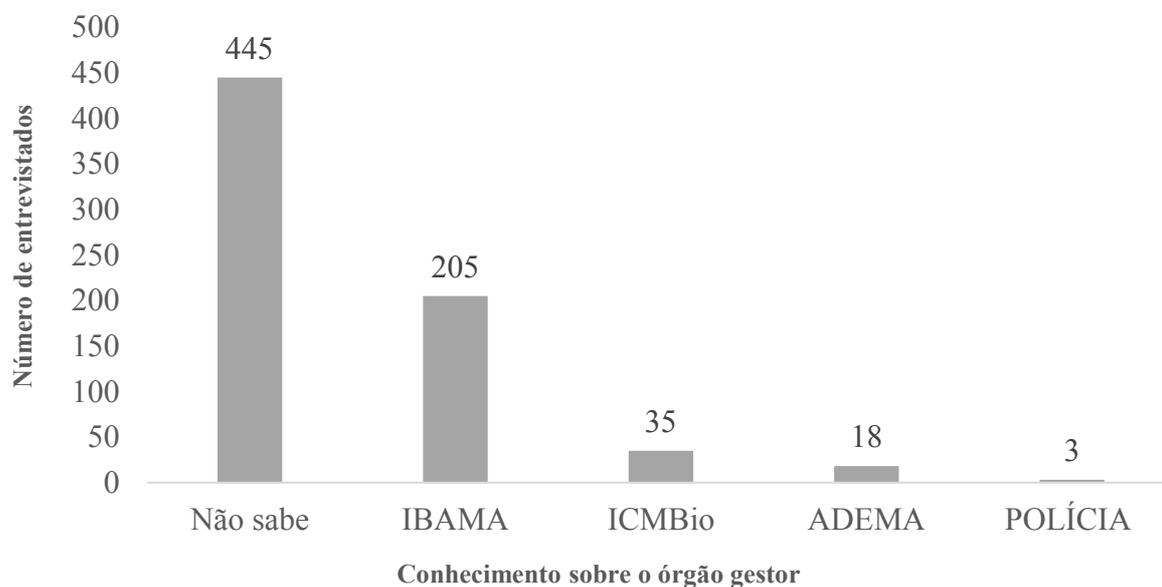
Tabela 2. Motivações para visitas ao Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe, mencionadas pelos entrevistados que já foram à UC.

Motivações de visita ao PARNASI	Número de vezes citadas
Tomar banho	182
Caminhar	120
Passeio da escola	56
Subir a serra	14
Passear	6
Procissão da igreja	5
Lavar roupa	3
Pegar planta para remédio	3
Pegar lenha	2
Parque dos falcões	2
Ver os animais	2
Contemplar a natureza	2
Apagar o fogo	1
Pagar promessa	1
Exercitar	1
Andar de bicicleta	1
Pregar a palavra de Deus	1
Trabalhar na roça	1
Comércio	1
Passar o dia	1
Visitar	1
Visitar parentes	1
De passagem	1
Consertar encanação	1
Trabalho voluntário	1
Trabalho da Universidade	1
Levar alunos	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao conhecimento dos entrevistados sobre o órgão responsável pela gestão do PARNASI, 63,03% (n=445) não souberam informar qual órgão administra a UC; 29,04% (n=205) disseram ser o IBAMA, e apenas 4,96% (n=35) responderam ser o ICMBio (Figura 7).

Figura 7. Conhecimento sobre o órgão gestor do Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe, de acordo com os entrevistados (n=706).



Fonte: Dados da pesquisa.

5.3 Conhecimento dos moradores do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana quanto aos Alvos de Conservação

Foram investigados a partir do tema prioritário para a conservação “uso e exploração dos recursos naturais”, os alvos de conservação recursos hídricos; florestas; flora lenhosa, madeireira e ornamental e; espécies caçadas, de acordo com os conhecimentos dos moradores do entorno do PARNASI, visualizados na figura 8.

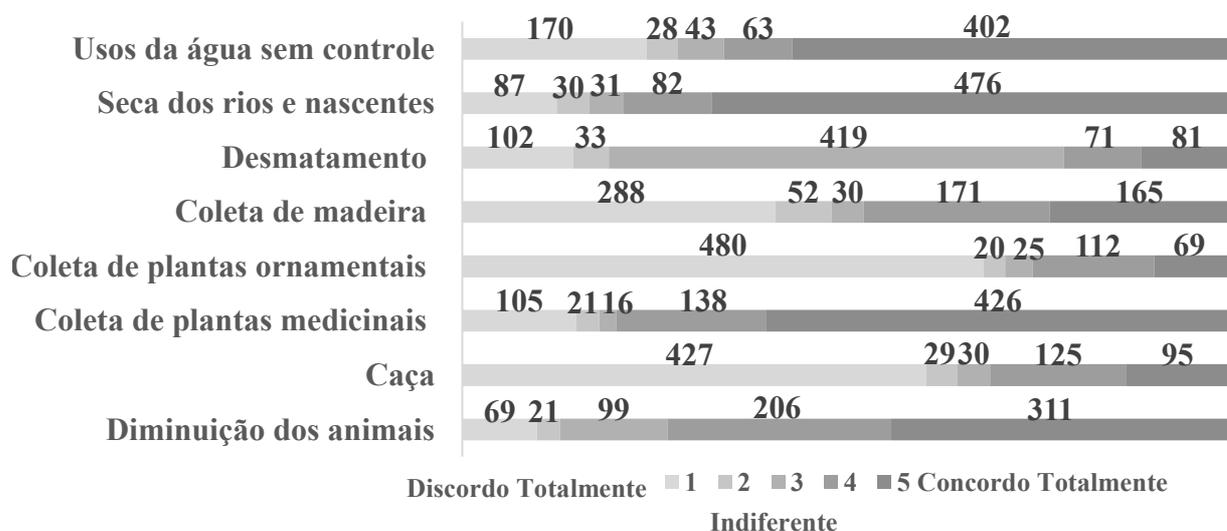
Quanto ao uso da água sem controle, 56,94 % (n=402) dos entrevistados concordaram totalmente que o uso da água sem controle está “acabando” com as águas da região e 24,08% (n=170) discordaram totalmente. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi de 3,70, indicando grau de Indiferente entre as respostas. Quanto à seca dos rios e nascentes, 67,42% (n=476) dos entrevistados concordaram totalmente que as nascentes e os rios da região estão secando e, 12,32 % (n=87) discordaram totalmente. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi de 4,17, indicando grau de Concordância entre as repostas.

Quanto ao desmatamento, 59,35% (n=419) dos entrevistados afirmaram serem indiferentes ao PARNASI estar sendo desmatado e, 14,45% (n=102) discordaram totalmente. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi de 2,99, indicando grau de Discordância entre as repostas, porém, muito próximo a Indiferente.

Quanto à coleta de madeira para uso doméstico, 40,79 % (n=288) dos entrevistados discordaram totalmente que a retirada de madeira para uso doméstico seja comum na região e, 24,22% (n=171) concordaram parcialmente. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi 2,82, indicando grau de Discordância entre as repostas. Quanto à coleta de plantas ornamentais, 67,99% (n=480) dos entrevistados discordaram totalmente ser comum na região moradores coletarem plantas para enfeitar a casa e/ou para vender. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi de 1,96, indicando grau de Discordância entre as repostas. Resultado inverso foi encontrado para a coleta de plantas medicinais, onde 60,34% (n=426) dos entrevistados concordaram totalmente ser comum a prática na região. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi de 4,07, indicando grau de Concordância entre as repostas.

Quanto à caça de animais silvestres, 60,48% (n=427) dos entrevistados discordaram totalmente ser comum na região tal prática para comer, vender e/ou criar animais. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi de 2,19, indicando grau de Discordância entre as repostas. Quanto a diminuição dos animais, afirmaram concordar totalmente e concordar parcialmente, 44,05% (n=311) e 29,18% (n=206), respectivamente, que a caça já foi bastante comum na região, mas atualmente quase não é praticada porque os animais estão desaparecendo. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi de 3,94, indicando grau de Concordância entre as repostas.

Figura 8. Conhecimento quanto ao uso e exploração dos alvos de conservação que constam no plano de manejo do Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe (n=706).



Fonte: Dados da pesquisa.

5.4 Atitudes dos moradores do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana quanto a própria UC

As atitudes dos moradores quanto ao PARNASI foram avaliadas de acordo com os temas prioritários para a conservação: “conservação da biodiversidade, das espécies e dos serviços ecossistêmicos”, “benefícios, custo e ameaças”; “gestão do parque e relação com os seus funcionários”, visualizados na figura 9.

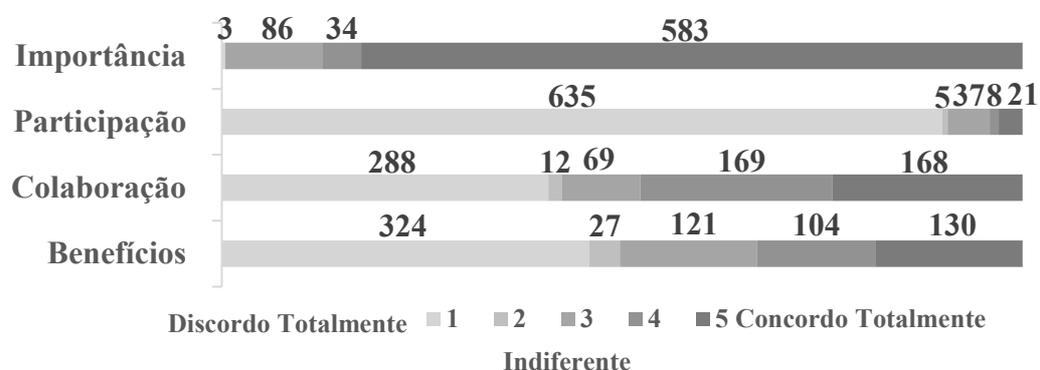
Quanto à importância do Parque Nacional Serra de Itabaiana, 82,58% (n=583) dos entrevistados concordaram totalmente quanto a sua importância para a proteção e conservação dos recursos hídricos, flora e fauna. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi de 4,69, indicando grau de Concordância entre as respostas.

Quanto à participação na gestão do PARNASI, 89,94% (n=635) dos entrevistados discordaram totalmente e, 2,97% (n=21) concordaram totalmente terem sido convidados para participarem de alguma reunião do PARNASI. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi de 1,26, indicando grau de Discordância entre as repostas.

Com relação à colaboração, 40,79% (n=288) dos entrevistados discordaram totalmente serem capazes de colaborar com o PARNASI, porém 23,94% (n=169) concordaram parcialmente e 23,80% (n=168) concordaram totalmente, totalizando um número maior dos entrevistados que concordaram. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi de 2,88, indicando grau de Discordância entre as repostas.

Quanto aos benefícios do PARNASI, 45,89% (n=324) dos entrevistados discordaram totalmente, e 18,41% (n=130) concordaram totalmente que o PARNASI atrai visitantes e movimentam a renda da população dos povoados. A média gerada pela pontuação dessa afirmação foi de 2,55, indicando grau de Discordância entre as repostas.

Figura 9. Atitude dos moradores dos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana quanto à própria Unidade de Conservação (n=706).



Fonte: Dados da pesquisa.

6 DISCUSSÃO

O maior número de entrevistados pertencente ao gênero feminino pode estar relacionado à aplicação dos questionários terem ocorrido durante dias de semana, pelos turnos matinal e vespertino, quando as mulheres estavam em casa, cuidando dos serviços domésticos e das crianças enquanto os homens trabalhavam. Esse cenário, segundo Silva et al. (2017), ainda é comum nas áreas rurais de vários estados brasileiros, onde as mulheres são donas de casa e os homens são responsáveis por prover a renda da família.

A maioria da população entrevistada é natural da região do estudo e reside nos seus respectivos povoados desde que nasceu, o que indica uma certa acomodação, que no sentido positivo, pode estar relacionada a diversos fatores. Dentre eles, vale lembrar que no Brasil a partir da década de 2000, houve uma melhoria das condições de vida na zona rural, devido a criação e recomposição de programas e políticas públicas, a exemplo “Fome Zero”, “Bolsa Família”, “Educação de jovens e adultos”, “Assistência técnica e extensão rural”, “política de assentamentos”, “seguro agrícola”, “luz para todos”, dentre outras, voltadas para a população mais pobre do meio rural (CHRISTOFFOLI, 2007). Tais políticas obtiveram certas críticas no enfoque do assistencialismo, porém, tiveram e ainda têm fundamental importância para o desenvolvimento da zona rural e a diminuição do êxodo rural (NOCE; FERREIRA-NETO, 2016).

Nos povoados estudados, essas melhorias podem ser refletidas no que diz respeito ao acesso a bens e serviços disponíveis, como postos de saúde, luz elétrica e água encanada, além

da melhoria de transportes e do acesso rodoviário, facilitando a locomoção para as cidades mais próximas, como Itabaiana, Areia Branca, e até mesmo a capital Aracaju. Também é válido destacar que tais políticas e programas desenvolvidos valorizaram e fortaleceram a agricultura familiar, quando houve uma certa preocupação quanto a capacitação e fixação do jovem no campo, onde foram implantadas escolas agrícolas e universidades com cursos destinados para essa nova realidade (MENDES; NASCIMENTO, 2017).

Segundo Wanderley (2016), o apoio à economia agrícola de base familiar auxilia no processo de desenvolvimento rural autônomo onde os próprios agricultores residem no campo por livre escolha e não por falta de alternativas, e assim, formam uma rede de interação social nos municípios, como pôde ser observado na região de estudo, por conta da proximidade dos povoados com as sedes dos municípios, junto a melhoria no acesso. Infere-se deste modo, que todo esse processo pode estar associado ao fato da maioria dos entrevistados ser de moradores casados e com idade entre 30 e 49 anos, os quais são reflexo de tais programas e políticas implantadas nas últimas duas décadas, e que resultou na atual acomodação na buscar de outras atividades econômicas fora do seu povoado, visto ser a agricultura a principal ocupação profissional dos povoados, onde praticamente todas as casas possuem algum de tipo produção agrícola no quintal.

A partir dessa interpretação, torna-se claro a compreensão do porque a população se mantém nos povoados, visto que há uma disponibilidade de recursos naturais importantes para o desenvolvimento da agricultura, a qual destaca-se como atividade cultural e economicamente importante, tornando-se assim necessária maior atenção por parte da gestão do PARNASI. Resultado semelhante foi encontrado por outras pesquisas realizadas no PARNASI, que apresentaram a agricultura como principal atividade econômica da região, a qual apresentou-se relacionada à reprodução sociocultural das famílias ali residentes (SOBRAL et al., 2007; NASCIMENTO, 2013; ENNES, 2010). De acordo com Brandon et al. (2005); Teixeira (2005) e Santos (2011), tal atividade é comum nas comunidades rurais do entorno das unidades de conservação do Brasil, assim como, segundo Ezebilo; Mattson (2010) e Pavlikakis; Tsihrintzis (2006) em áreas protegidas de outros países, a exemplo da Nigéria e Grécia.

A agricultura está associada diretamente com a oferta dos recursos naturais, e segundo Sobral et al. (2007) vem sendo desenvolvida no entorno do PARNASI de forma inadequada quanto ao seu uso, provocando alguns impactos negativos ao meio ambiente, como o desmatamento, o uso indiscriminado da água e a utilização de agrotóxicos. Dessa forma, para que a conservação dos recursos naturais no entorno e no interior do PARNASI se torne uma

realidade a ser conquistada serão necessárias mudanças na relação dos agricultores, com relação ao uso da terra e ao manejo agrícola.

Nesse sentido, Goulart et al. (2009), afirmam que as unidades de conservação são reconhecidas como espaços fundamentais para a manutenção dos recursos naturais e só obterão êxito para tal fim se tiverem um olhar mais atento à qualidade da sua matriz agrícola, e uma forte alternativa é a implantação de sistemas agroflorestais, que possuem grande potencial social e ecológico, podendo melhorar os processos agrícolas sem uso de agrotóxicos e contribuir para a conservação dos recursos naturais. Dentro dessa perspectiva, contribuem para que esses espaços se tornem cada vez mais importantes na conciliação e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, sem deixar de gerar renda para a população local e sem haver conflitos de interesses (GURGEL et al., 2009).

Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados, a maioria frequentou apenas o ensino fundamental incompleto, visto que tal resultado pode estar associado aos moradores dos povoados terem tido muitas vezes que abandonar os estudos para trabalharem e ajudarem na renda familiar. Situação também identificada por Botelli (2010), em estudo sobre o uso de plantas medicinais nas comunidades do entorno do PARNASI, que identificou que a maioria dos entrevistados também só cursou até o ensino fundamental e muitos abandonaram os estudos para trabalhar e poder ajudar a família. Souza et al. (2015) também encontrou que mais de 70% dos entrevistados de quatro povoados do entorno do PARNASI possuíam apenas o ensino fundamental incompleto, não sendo capazes de ler nem assinar o nome.

De acordo com Mendes; Nascimento (2017), em estudo sobre a agricultura familiar e juventude rural no agreste de Itabaiana, em Sergipe, os baixos índices de escolaridade dos agricultores podem influenciar diretamente na renda mensal. E de acordo com essa perspectiva, foi identificado que a maioria dos entrevistados recebe até 2 salários mínimos, sendo que durante o período de realização do presente estudo, o valor do salário mínimo era de R\$ 954,00. Resultado semelhante foi encontrado por Botelli (2010), em que a maioria dos residentes dos povoados Mundês e Bom Jardim, pertencentes ao município de Itabaiana, possuía renda inferior a R\$ 1000,00, época em que valor do salário mínimo era de R\$ 510,00. Uma parcela expressiva dos moradores dos 20 povoados participantes do presente estudo não tem renda fixa, podendo variar a cada mês, sendo que alguns deles podem receber menos de um salário mínimo, da mesma forma acontece com as donas de casa que possuem apenas o bolsa família como principal fonte de renda fixa, cujo valor mensal em 2018 era de até R\$195,00 por família.

Verificou-se também nos povoados um número expressivo de aposentados(as), em que o salário da aposentadoria muitas das vezes é a única fonte de renda da família. De acordo com

Maia; Buainain (2015), essa forma de rendimento nas áreas rurais vem aumentando expressivamente nos últimos anos, e na maioria das vezes, torna-se fundamental para a sobrevivências das famílias rurais, que segundo Tavares et al. (2011) pode ser a única fonte de renda segura, o que também pode influenciar as pessoas a permanecerem em seus povoados.

Os resultados quanto à renda da população dos povoados estudados estão de acordo com o estudo de Noce; Ferreira-Neto (2016), sobre a análise de política pública brasileira e desenvolvimento rural, com foco no combate à pobreza no campo, o qual afirmou que os índices de pobreza da população rural brasileira vem diminuindo nos últimos 15 anos, porém, ainda há um número elevado de pequenos agricultores que possuem renda abaixo de um salário mínimo. A partir dessa perspectiva e da relação entre os moradores que de certa forma possuem relação com unidades de conservação, deve-se pensar em alternativas para que todo esse processo não seja refletido apenas no desenvolvimento de práticas ambientais sustentáveis, mas que sejam também importantes no campo da discussão teórica e política, quanto aos reais significados da criação e manutenção desses espaços, no sentido do desenvolvimento econômico e sociocultural (ENNES, 2014; DEUS, 2013).

Os moradores dos 20 povoados estudados, quase que em sua totalidade, afirmaram já terem ouvido falar do PARNASI, o que mostra uma visibilidade quando se refere ao seu nome, porém, não indica que haja conhecimento integral por parte da população sobre o que é de fato o parque e para que o mesmo foi criado. Isso pôde ser observado por Souza et al. (2015), em estudo sobre a participação dos moradores de quatro povoados (Rio das Pedras, Bula Cinza, Serra e Ribeira) situados no limite do PARNASI, em que mais da metade dos entrevistados não soube responder o que é um parque nacional, e apenas um terço responderam ter conhecimento sobre algum parque na região, dentre os quais destacaram o Parque dos Falcões.

O Parque dos Falcões é um instituto privado, localizado próximo aos limites do PARNASI, bastante visitado por turistas nacionais, estrangeiros e por alunos das escolas da região. Até 2014, era o único centro de criação, multiplicação e preservação das aves de rapina da América do Sul e também único local do país com a autorização do IBAMA para a criação dessas aves, se tornando bastante atrativo para quem vem visitar o estado de Sergipe (COSTA, 2014). Observou-se que tal parque é divulgado em páginas de internet e repercutido nas mídias locais, principalmente devido a seis meses antes da realização do presente estudo, ter ocorrido a invasão de um grupo armado que realizou agressões físicas aos funcionários, executaram uma ave e roubaram outras cinco. Visto a importância turística do Parque dos Falcões e a proximidade à serra de Itabaiana é provável que boa parte dos moradores locais não saibam distingui-lo do PARNASI, reconhecendo ambos como um único parque.

Isso demonstra que há uma falta de reconhecimento e clareza quanto ao papel do PARNASI enquanto espaço público protegido na região, o que pode estar ocorrendo devido à falta da participação dos moradores do seu entorno no seu processo de gestão, diante da ausência do conselho gestor e da inserção dos mesmos na execução do plano de manejo. Santos (2015), em estudo sobre a educação das crianças residentes do entorno do PARNASI, identificou a carência dos moradores do seu entorno sobre informações a respeito da nova realidade socioambiental advinda da criação da UC, e o desconhecimento sobre o significado de uma UC, sua finalidade e aspectos legais, destacando a importância da execução de ações contínuas de educação ambiental.

Diante desse aspecto, é válido destacar a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA), e seu fortalecimento no processo de gestão do PARNASI, através dos seus princípios e diretrizes, propostas no âmbito do SNUC, visando fortalecer a execução de políticas públicas, programas e atividades de Educação Ambiental e Comunicação voltadas ao (re)conhecimento, valorização, criação, implementação, gestão e defesa das UCs, por todos e para todos (MMA, 2009).

Após quase quatorze anos da criação do PARNASI, a maioria dos entrevistados afirmou nunca ter ido à UC, resultado contraditório ao encontrado por Santos (2007), em estudo sobre territorialização do domo de Itabaiana, que afirmou que os moradores dos povoados locais frequentam a sua área, tanto para o lazer, quanto para práticas do cotidiano, principalmente o poço das moças, área de banho localizado próximo à sede da UC e visto como o mais importante atrativo de lazer para os moradores da região.

A partir de então, percebeu-se uma contradição quanto ao resultado encontrado no presente estudo sobre terem ouvido falar no PARNASI, o que pode estar relacionado com a interpretação de não haver conhecimento sobre o que é o parque, junto à falta de clareza quanto aos limites da sua área. É possível que tal fato esteja associado ao número de pessoas que afirmaram nunca terem ido ao PARNASI, no sentido de que provavelmente já foram, mas não souberam informar que era o parque. Situação também identificada por Ennes (2010), em estudo sobre a reestratificação social nos povoados de Itabaiana, quando diz que a maioria dos moradores faz uso da serra de Itabaiana, não só para lazer, mas para caçar, retirar lenha, dentre outros, contudo, não souberam identificar qual área pertence ao parque.

Os principais motivos de ida ao PARNASI, dito por aqueles que já foram à UC é “tomar banho”, seguido de “caminhar”, semelhante ao resultado encontrado Oliveira et al. (2009) em estudo sobre o planejamento de trilhas para o uso público no PARNASI, que identificaram o banho e a caminhada como principais atividades de recreação de 500 visitantes entrevistados

na UC. Quanto aos moradores que afirmaram terem ido ao PARNASI no presente estudo, houve um número consideravelmente pequeno que afirmou ter ido nos últimos três meses, o que pode estar associado aos casos de furtos e violência que vem ocorrendo no seu interior, visto por ICMBIO (2016) como um fator que vem desestimulando e diminuindo gradativamente o número de visitas há alguns anos, pelo menos desde 2009.

Mais da metade dos entrevistados não soube informar qual é o órgão gestor do PARNASI, mostrando mais uma vez falta de conhecimento dos moradores quanto ao parque e seu aspecto administrativo, assim como falta de interação entre o parque e a população residente do seu entorno. Santos (2015) aponta a necessidade de aproximar a população dos povoados do entorno do PARNASI com a sua gestão, e segundo Silva et al. (2009), em estudo sobre conceitos, percepções e estratégias para a conservação de uma Estação Ecológica na Caatinga, é necessário que haja a interação da gestão da UC com dos moradores do seu entorno, fazendo com que haja confiança do trabalho realizado, o que também pode facilitar o desenvolvimento de estratégias de gestão, e a inclusão dos mesmos.

Segundo Pimentel (2008), em estudo sobre o papel social dos parques, mais da metade da população residente do entorno do Parque Estadual da Serra da Tiririca, no estado do Rio de Janeiro, disse não saber qual é o órgão responsável pela sua gestão, e que isso pode ser modificado a partir da viabilização de ações de Educação Ambiental crítica, através da sensibilização à participação social e divulgação das características biológicas, históricas e sociais do parque.

A partir dos resultados obtidos, verificou-se que o ICMBio não tem visibilidade enquanto órgão responsável pela gestão do PARNASI, nem como órgão de proteção ambiental, função atribuída pelos moradores ao IBAMA, o qual continua sendo bastante representativo, semelhante ao resultado obtido por Nascimento (2014), em que o ICMBio, não tem se posicionado enquanto órgão de proteção ambiental, sendo essa função relacionada pelos moradores do povoado Ribeira, localizado no entorno do PARNASI, ao IBAMA.

Com relação ao conhecimentos sobre os alvos de conservação, o grau de indiferença quanto ao uso da água sem controle estar acabando com as águas da região mostrou que os moradores não têm conhecimento, ou não souberam informar de que forma os recursos hídricos vêm sendo utilizados na região. Porém, visto a forte relação com a agricultura, atividade importante na região, e sua alta demanda no consumo água para se sustentar, pode estar associada à práticas negativas desse recurso.

Segundo Hauff; Milano (2005), é possível que o manejo negativo dos recursos hídricos perante às atividades agrícolas esteja associado às condições socioeconômicas que impedem os

agricultores de desenvolverem suas atividades de forma mais sustentável, quando não há comunicação clara quanto às informações necessárias, nem incentivo por conta dos órgãos ambientais para a conservação e preservação das águas.

Nesse sentido, Cribb (2008) afirma que programas de conservação que envolvam a população local a partir de seus interesses, habilidades e tradições têm sido desenvolvidos dentro e no entorno de várias unidades de conservação em muitas partes do mundo, inclusive para o uso sustentável dos recursos hídricos. Tais estratégias podem ser uma boa oportunidade para a gestão do PARNASI desenvolver, através de parcerias com os agricultores do seu entorno para a conservação dos recursos naturais.

Outra alternativa, proposta por Gonçalves; Gomes (2014) em estudo sobre a percepção ambiental de produtores rurais na recuperação florestal da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim que está localizada nas proximidades do PARNASI, é o manejo agroflorestal para recuperação das matas ciliares, podendo assim, promover a conciliação quanto ao uso produtivo e a preservação dos recursos hídricos, consolidando um dos objetivos estabelecidos pelo SNUC, em seu Art. 4º, inciso VIII, em que diz: “proteger e recuperar os recursos hídricos e edáficos” (BRASIL, 2000).

O grau de concordância quanto aos rios e as nascentes da região estarem secando pode estar relacionado a secarem durante o verão (período de seca) e encherem no inverno (período de chuvas), perceptível quando se visita a região durante o verão, principalmente em relação às cachoeiras, que apresentam maior volume nas quedas d’água nesse período. O PARNASI é abundante em recursos hídricos, possuindo diversas nascentes, rios e riachos que abastecem toda região centro-leste do Estado (ICMBio, 2016).

Toda a pressão sobre os recursos hídricos do PARNASI também está relacionada ao fato desses povoados não terem tido um envolvimento direto e participativo no processo de criação e gestão do parque, sendo assim, não se identificando com ele e conseqüentemente não respeitando as novas normas que foram impostas pela sua gestão, uma vez que vão de encontro com as atividades desenvolvidas ali, importantes para geração de renda e identidade da população (ENNES, 2014; RODRIGUES, 2016).

Durante a ida à campo, percebeu-se o som de motores nos rios que puxavam água para a irrigação. Essa atividade, junto ao desmatamento para a agricultura e pastagens próximo aos cursos d’água, pode estar associada aos menores índices no volume dos rios da região, e para diagnosticar tais índices, são necessários estudos climatológicos sobre a quantidade de chuvas comparada a um certo intervalo de tempo, e conhecer de fato em qual a situação os rios da região da UC se encontram, além de propor um plano de ação e recuperação para a UC.

O grau de discordância quanto ao desmatamento do PARNASI é contrário ao resultado encontrado por Souza et al. (2005) e Sobral et al. (2007), os quais identificaram que grande parte da área do PARNASI tem sofrido impactos negativos, como desmatamento e queimadas, relacionados com as práticas agrícolas. Tal resultado também vai contra aos resultados encontrados em outros estados, a exemplo de Pradeiczuk et al. (2015), em estudo sobre a percepção ambiental no entorno de um UC estadual em Santa Catarina, que também mostrou que o desmatamento tem sido consequência da agricultura na região

O desmatamento leva à perda da biodiversidade, dentre vários outros prejuízos ao meio natural, o que torna os fragmentos florestais elementos chaves na manutenção da biodiversidade, principalmente em uma paisagem composta por atividades agrícolas, proporcionando também a sustentabilidade dos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida dos moradores locais (VIANA; PINHEIRO, 1998). Este fato está associado ao desenvolvimento de práticas agrícolas alternativas, como visto anteriormente, quanto a implantação de sistemas agroflorestais.

Observou-se que o grau de discordância quanto a retirada de madeira para uso doméstico é contraditório ao resultado sobre os motivos de ida ao PARNASI, no qual pegar lenha foi citado, assim como observado durante a pesquisa de campo (Apêndice F). Segundo Lima et al. (2011), a cultura de usar lenha nas comunidades localizadas no entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana não mudou, porém, está mais difícil encontrar lenha devido ao cercamento das terras, o desmatamento, a fiscalização, escassez de informações e auxílio sobre o manejo sustentável por parte das autoridades ambientais, o que faz com que uma parcela da população retire lenha sem nenhum controle.

Para os moradores, pegar lenha seca não prejudica a natureza, e seu uso pode estar associado ao aumento no preço do gás de cozinha, que custa atualmente em torno de R\$ 80,00, aproximadamente 8,5% do atual salário mínimo, sendo que muitos dos moradores não chegam a receber nem um salário mínimo, restando a possibilidade do fogão à lenha. Lima et al. (2011) em estudo sobre os saberes e uso da flora madeireira no agreste sergipano, também identificaram que no entorno do PARNASI, há forte relação da população com o uso da lenha para cozinhar, devido ao aumento no preço do gás de cozinha.

O grau de discordância quanto a coleta de plantas ornamentais na região foi refutado por Cunha (2008), em estudo sob enfoque jurídico do PARNASI, que identificou a coleta de plantas ornamentais como um dos usos diretos dos recursos naturais pelos moradores do seu entorno. Isso demonstra que tal atividade pode ter diminuído, devido ao cultivo de plantas exóticas ornamentais. Porém, não significa que não ocorra de forma esporádica, como visto

durante a realização da pesquisa de campo, a exemplo do *Melocactus zehntneri* (cacto cabeça de frade) na porta de algumas residências (Apêndice G), que segundo Santos; Meiado (2015), são comuns no agreste sergipano.

A partir do resultado encontrado, percebe-se que essa atividade não aparenta ser preocupante no PARNASI, porém Santos; Meiado (2015) alertam que plantas como cactos, nas comunidades rurais sergipanas, são alvos do comércio internacional e necessitam de manejo adequado e fiscalização quanto a sua extração, para sua conservação a médio e longo prazo. Diferentemente do resultado encontrado para as plantas ornamentais, obteve-se um grau de concordância quanto ao uso de plantas medicinais nos povoados estudados, que durante a aplicação do questionário percebeu-se que ao se falar no uso dessas plantas, os entrevistados as associavam com as plantas cultivadas nos quintais das próprias casas, como cidreira, boldo, capim santo, dentre outras, utilizadas como fitoterápicos.

Resultado semelhante foi encontrado por Botelli (2009) em estudo sobre o uso de plantas medicinais nas comunidades do entorno do PARNASI, que demonstrou que os moradores dos povoados Mundês e Bom Jardim utilizavam plantas medicinais para o cuidado da saúde, e por Cunha et al. (2017), em que mais de 80% dos 57 moradores do entorno do Parque Municipal da Cachoeirinha, no estado de Goiás, coletavam plantas medicinais para usar no tratamento de enfermidades.

A utilização de plantas medicinais é um hábito tradicional utilizado através dos saberes populares para tratar a saúde das pessoas, principalmente nas comunidades rurais, as quais possuem fácil acesso a esse tipo de plantas (BADKE et al., 2011). Isso demonstra que mesmo com o avanço dos medicamentos alopáticos e da medicina tradicional, os moradores do entorno do PARNASI não perderam tal tradição, e com o uso em pequena escala não há indícios que prejudique a biodiversidade da UC.

Quanto à caça de animais silvestres, o grau de discordância não quer dizer que tal atividade não seja desenvolvida na região, uma vez que é uma atividade cultural consolidada pelos habitantes do meio rural (VILELLA; GUEDES, 2017). Estudos como os de Menezes (2004); Santana (2002); Santana (2006) apontaram a caça de animais silvestres como um impacto que vem afligindo a região do PARNASI desde antes sua criação. Somado à expansão da agricultura e ao desmatamento, é considerada um dos principais fatores que promovem a extinção de espécies no Brasil (ARAUJO et al., 2010).

Chamou a atenção o povoado Areias, onde foram observadas gaiolas com passarinhos na maioria das casas, além de um rapaz segurando uma gaiola, caminhando em direção à serra comprida (Apêndice H). Os indícios da caça de passarinhos no povoado citado, e a contradição

das repostas sobre tal atividade ser comum na região, pode estar associado ao medo que os moradores têm da fiscalização, pois eles sabem que é proibido caçar e que podem ter os animais apreendidos, além de receberem multa. Nascimento (2014) encontrou esse tipo de comportamento no povoado Ribeira, através de discursos motivados por medo de futuras punições pelo IBAMA em caso de descumprimento das leis de conservação.

Sobral et al (2007) também identificou a caça como um impacto para o PARNASI, porém relatou que essa atividade vem diminuindo na região. O mesmo foi encontrado por Nascimento (2014) que identificou, através de relatos, a ocorrência da caça na região do PARNASI, sendo relatado também não ocorrer na mesma intensidade de antes da criação da UC. Isso está correlacionado ao grau de concordância obtido para o desaparecimento dos animais silvestres na região, que pode estar associado ao desmatamento, já que de acordo com Scariot; Sevilha (2000), reduz o habitat disponível para animais silvestres. Outro fator que pode estar associado ao desaparecimento de animais é o uso de agrotóxico na agricultura, que segundo Ribas; Matsumura (2009), tem como efeito, além de eliminar as pragas nas plantações, reduzir a biodiversidade à sua volta.

Em relação à importância do Parque Nacional Serra de Itabaiana para proteger e conservar as águas, as plantas e os animais da região, o grau de concordância pode ter ocorrido pelo fato de que, por se tratar de um parque, os entrevistados, mesmo sem saber sobre seu significado, acreditavam ser algo positivo, havendo uma tendência nas respostas afirmativas à sua importância.

Com relação ao grau de discordância dos entrevistados sobre nunca terem sido convidados para participarem de alguma reunião do PARNASI, mostra mais uma vez a falta de inserção dos moradores do entorno do parque no seu processo de gestão. Resultado semelhante foi encontrado por Evans (2007), em estudo sobre participação comunitária no Parque Estadual da Serra do Mar, localizado no estado São Paulo, o qual levantou que 71% dos 361 moradores do seu entorno, nunca participaram de reuniões para tratar de assuntos referentes ao parque.

A ausência da participação social no processo de gestão ambiental, vêm sendo fonte dos conflitos socioambientais, principalmente nas UCs (BRITO, 2008). Figueirêdo; Souza (2013), chegam à conclusão que a falta de participação dos moradores residentes no entorno do PARNASI na sua gestão, impede que haja o conhecimento por parte da gestão, sobre as peculiaridades socioeconômicas dos povoados do seu entorno, o que nesse sentido vem gerando conflitos na região e impedindo o desenvolvimento eficaz da sua gestão.

O ICMBio vem tentando implantar a gestão participativa nas UCs federais, desde sua criação, a partir da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, buscando aperfeiçoar o processo de

planejamento estratégico, voltado para sua missão de proteger o patrimônio natural através do desenvolvimento socioambiental. Porém, percebe-se que na prática isso não vem ocorrendo, e que segundo Chirikure et al. (2010) está relacionado com a dinâmica da política moderna neoliberal, ou seja, a falta de prioridade dos governos frente às questões socioambientais, e de acordo com Santos et al. (2016), isso acaba impedindo o órgão de firmar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais das UCs federais, junto ao processo de gestão participativa perante as comunidades locais.

Diante esse aspecto, o processo para envolver a população na gestão das UCs federais do Brasil pode ser facilitado a partir do aumento do quadro de servidores do ICMBio, do aumento do orçamento para o órgão e da capacitação dos seus analistas ambientais e gestores, tornando-se de fundamental importância para o desenvolvimento estratégias e ações eficazes quanto ao estímulo da participação social (QUADROS, et al., 2015).

A gestão participativa no contexto das unidades de conservação foi formalizada desde a criação do SNUC, através da exigência da formação de um conselho gestor por todas as UCs. Porém, foi apenas a partir da publicação do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) que houve o norteamento das ações a serem desenvolvidas e o reconhecimento dos conselhos como espaço fundamental para o cumprimento dos objetivos das UCs, tornando-o, assim, estratégico para o desenvolvendo de um planejamento e gestão mais eficazes (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

O conselho pode ser consultivo ou deliberativo, de acordo com a categoria da UC, que no caso dos parques nacionais é consultivo, onde os conselheiros têm voz, porém quem toma a decisão final é o gestor da UC. Por ser um espaço participativo na gestão das UCs, deve atuar de acordo com o princípio estabelecido pelo PNAP, que visa promover a participação e inclusão dos atores sociais na gestão das áreas protegidas, objetivando o desenvolvimento socioambiental das populações do interior dessas áreas, assim como de acordo com sua diretriz que visa “assegurar o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão para a criação e gestão das áreas protegidas, garantindo o respeito ao conhecimento e aos direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais” (BRASIL, 2006).

Em relação ao grau de discordância quanto à colaboração dos moradores com o PARNASI, percebeu-se que houve uma falta de motivação e interesse das pessoas sobre as questões do parque, o que pode estar relacionado ao fato deles não terem conhecimento aprofundado sobre a UC e sua importância, demonstrando terem outras prioridades e falta de tempo para colaborar, como trabalhar, e cuidar da casa. Quando não há gestão participativa os

cidadãos tornam-se descomprometidos, menos ativos e sem uma visão crítica sobre a realidade que os circundam (GOHN, 2001).

Por outro lado, Evans (2007), identificou que 70% dos 361 entrevistados mostraram interesse em participar da gestão da UC para ficarem mais informados sobre o parque e assim colaborarem com a sua conservação. De acordo com Pearce; Doh (2005) a abordagem colaborativa é a base para a uma gestão mais eficaz, assim como Nascimento (2013), em estudo sobre saberes ambientais de comunidades do entorno do PARNASI defende o aumento da participação dessas comunidades na sua gestão, para assim contribuir na melhora da sua funcionalidade.

A partir do grau de discordância quanto aos benefícios do PARNASI para o turismo, verificou-se que, segundo os moradores, a presença de visitantes na região não traz benefícios ao desenvolvimento econômico local. Em alguns povoados mais próximos à serra de Itabaiana, é possível encontrar turistas que vão visitar o poço das moças, as cachoeiras dos caldeirões, o próprio topo da serra e o parque dos falcões (ICMBIO, 2016). Nesses casos, vão apenas passar o dia, turismo conhecido como “bate-volta”, identificado por Silva (2008) no Parque Nacional dos Lençóis maranhenses, e que não tem gerado benefícios socioeconômicos para a região.

Percebeu-se uma certa imparcialidade dos moradores do entorno do PARNASI quanto ao turismo, principalmente dos povoados mais distantes da Serra de Itabaiana, identificada por eles como o local que pode atrair visitantes. Esse fato pode estar associado à falta de sua inserção no planejamento da UC. Foi verificado por Teixeira; Lanzer (2013) em estudo sobre o desenvolvimento das comunidades do entorno do Parque Nacional Lagoa do Peixe, no estado do Rio Grande do Sul, que a maioria da população entrevistada não se sente inserida no processo de gestão e não consegue ver o parque como uma alternativa de renda, vendo apenas o setor primário, como agricultura e pecuária.

Fiallo; Jacobson (1995) identificaram em estudo no Machalila National Park no Equador, que os moradores do seu entorno não consideram que o parque traz benefícios econômicos para a região, diferente das pessoas que não moram na região, mas visitam o parque, as quais acreditam que o parque pode oferecer oportunidades de emprego. Silva; Maia (2011) também identificaram o mesmo resultado no Parque Nacional do Catimbau, no sertão do estado de Pernambuco, o que pode estar relacionado à pouca atenção que os moradores receberam ao longo da implantação da UC, e de esclarecimentos quanto aos seus benefícios para o turismo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou investigar a representatividade socioambiental que o Parque Nacional Serra de Itabaiana apresenta perante a relação dos povoados do seu entorno. Inicialmente através do levantamento bibliográfico foi possível verificar sua importância enquanto único espaço protegido dessa categoria para o estado de Sergipe, localizado em região de belezas cênicas ímpares, abrangendo áreas de dois importantes Biomas brasileiros: Mata Atlântica e Caatinga.

Mesmo localizado próximo à áreas urbanas, seu entorno abrange povoados essencialmente rurais, que ao longo das últimas décadas vêm obtendo melhorias nas condições de vida da população, porém ainda falta oportunidade de empregos formais e geração de renda para a população. A agricultura é a principal atividade econômica dos povoados estudados e da maneira que vem sendo desenvolvida, está intimamente associada aos impactos ambientais que ameaçam os alvos de conservação, ou seja, os recursos naturais destacados como prioridades de conservação estabelecidos no plano de manejo do parque.

É válido destacar o avanço da gestão do PARNASI em ter publicado seu primeiro plano de manejo, o qual estabeleceu recursos prioritários para a conservação, porém verificou-se a partir de seu processo histórico de implementação, que não tem levado em consideração a devida importância aos aspectos socioculturais da região em que foi estabelecido, e nem a inserção necessária da população no seu processo de gestão. A partir dos resultados encontrados sobre o conhecimento dos moradores, conclui-se que o PARNASI não apresenta representatividade socioambiental, enquanto espaço público protegido, podendo estar relacionado a falta de informação quanto a sua importância para a região.

Ficou reforçado a importância da agricultura, associada a utilização dos recursos naturais, o que dentro dessa perspectiva, recomenda-se que novos estudos sejam realizados, voltados para seus impactos atuais na região, gerando dados mais precisos, assim como o apoio e incentivo ao desenvolvimento de práticas mais sustentáveis, como os sistemas agroflorestais, podendo gerar compatibilidade entre a geração de renda advinda dessa atividade e a conservação e preservação dos recursos naturais.

Visto que o PARNASI é a única UC dentro dessa categoria é a mais representativa do estado de Sergipe, cabe salientar que além do plano de manejo é de extrema urgência e importância a formação do seu Conselho, para que nesse sentido, possa integrar a população ao seu processo de gestão, promovendo uma relação mais construtiva e positiva dos moradores com o parque, contribuindo assim para a conservação socioambiental da região.

As belezas naturais do PARNASI, principalmente os banhos, sempre atraíram visitantes, nesse sentido, é válido ressaltar a necessidade da elaboração de um plano de uso público, que possa controlar e estimular as atividades turísticas no parque, como também possa proporcionar benefícios aos moradores dos povoados, incrementando a renda e melhorando a qualidade de vida, fazendo-os se sentirem pertencentes, motivados e envolvidos com o parque e sua gestão. Foi visto que os povoados do entorno do PARNASI, estão inseridos em um cenário com falta de oportunidades de trabalho e renda, sendo necessário o incentivo de parcerias e projetos com o poder público (prefeituras, governo estadual, escolas e universidades), privado e do terceiro setor (associações, organização não governamental, e empresas de turismo), no sentido de criar alternativas de geração de renda cidadania.

Também é válido ressaltar a importância de se criar o plano de Educação Ambiental, que pode viabilizar de forma sistemática, ações de Educação Ambiental crítica, as quais busquem sensibilizar e motivar a participação social no processo de gestão parque, de acordo com as diretrizes para a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação.

Os resultados do estudo também apontam alguns desafios para o fortalecimento da relação entre o PARNASI e os povoados do seu entorno, que poderão ser superados através do fortalecimento do ICMBio enquanto seu órgão gestor, o qual seja permitido atuar de acordo com a sua missão de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental, através da participação da comunidade local no processo de tomada de decisão relativa à conservação e preservação dos recursos naturais e proteção ambiental, bem como o respeito aos seus valores sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S., MACIEL, N.L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, p. 9-16, 2004.

ALLENDORF, T.D., SMITH, J.L.D., ANDERSON, D.H. Residents' perceptions of Royal Bardia National Park, Nepal. **Landscape and Urban Planning**, v. 8, n. 2, p. 33-40, 2007.

ALMEIDA, M.A., SILVAM C.J. Educação ambiental: práxis de uma comunidade tradicional no entorno do Parque Nacional Mato-grossense. **Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, n. 2, p. 78-93, 2012.

ALMUDI, T., KALIKOSKI, D.C. Homem e natureza em um parque nacional do Sul do Brasil: meios de vida e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.v.], n. 20, p. 47-57, 2009.

ANTHONY, B. The dual nature of parks: attitudes of neighbouring communities towards Kruger National Park, South Africa. **Environmental Conservation**, v. 34, n. 3, p. 236–245, 2007.

ARAÚJO, A.C.B., BEHR, E.R., LONGHI, J.S., MENEZES, S.P., KANIESKI, M.R. Diagnóstico sobre avifauna apreendida e entregue espontaneamente na Região Central do Rio Grande do Sul. **Biociência**, v. 8, n. 3, p. 279-284, 2010.

ARAÚJO, R.C.P., SOUZA, H.C., OLIVEIRA, R. R.A. Atitudes e comportamentos das comunidades costeiras com relação a preservação do peixe-boi-marinho no estado do Ceará: o caso de Icapuí. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. BRASILEIRO, 47, 2009. **Anais...** 47º Congresso SOBER, Fortaleza, p. 1-21, 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/417.pdf> Acesso: em 10 set. 2018.

BADKE, M.R., BUDÓ, M.L.D., SILVA, M.S., RESSEL, L.B. Plantas medicinais: o saber sustentado na prática do cotidiano popular. **Escola Anna Nery – Revista de Enfermagem**, v. 15, n. 1, p. 132-139, 2011.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 5ª ed. Florianópolis: ED. UFSC, 340 p, 2002.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. 4º ed. Rio de Janeiro: FGV, 176p, 2006.

BOTELLI, A.A.K. **O uso de plantas medicinais nas comunidades do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE: a (des/re) construção do saber tradicional**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão/SE, 114p, 2010.

BRAGAGNOLO, C., GAMARRA, N.C., MALHADO, A.C.M., LADLE, R.J. Proposta metodológica para padronização dos estudos de atitudes em comunidades adjacentes às Unidades de Conservação de Proteção Integral no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v. 6, n. 1, p. 190-208, 2016.

BRANDON, K., FONSECA, G.A.B., RYLANDS, A.B., SILVA, J.M.C. Conservação brasileira: desafios e oportunidades. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p 7-13, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 maio. 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 5.758, de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm>. Acesso em 18 mar. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 13 maio. 2017.

BRITO, D.M.C. Conflitos em Unidades de Conservação. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**, [s.v.], n.1, p. 1-12, 2008.

BUTA, N., HOLLAND, S.M., KAPLANIDOU, K. Local communities and protected areas: the mediating role of place attachment for pro-environmental civic engagement. **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, v. 5, n. 6, p. 1-10, 2014.

CNS - Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.**

Brasília/DF, 2012. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso: 18 jun. 2017.

CORRAL-VERDUGO, V., PINHEIRO, J.Q. Aproximaciones al estudio de la conducta sustentable. **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, v. 5, n. 2, p. 1-26, 2004.

COSTA, C.C.M. **Análise da aptidão pelo turismo de base comunitária no entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento. São Cristóvão/SE, 101p, 2014.

COSTA, C.C., Parque Nacional Serra de Itabaiana- SE: realidade e gestão. **Monografias ambientais**, v. 13, n. 5, p. 3933-3951, 2014b.

COSTA, C.C., Potencial ecoturístico do Parque Nacional Serra de Itabaiana. **Monfrague**, v. 3, n. 2, p. 31-39, 2014a.

CHIRIKURE, S., MANYANGA, M., NDORO, H., PWIT, G. Unfulfilled promises? Heritage management and community participation at some of Africa's cultural heritage sites. **International Journal of Heritage Studies**, v. 16, n. 1/2, p. 30-44, 2010.

CHRISTOFFOLI, P.I. A Evolução recente da questão agrária e os limites das políticas do governo Lula para o meio rural. In: GEDIEL, J.A.P. (Org.) **Estudos de Direito cooperativo e cidadania.** Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 1 [s.v.], 244p, 2007.

CUNHA, H.F, VALE, M.S., JUNIOR, C.A.S., CAMPOS, R.F., CARLOS, L.O. Conhecimento empírico dos moradores da comunidade do entorno do Parque Municipal da Cachoeirinha (Iporá-Goiás). **Biological Sciences**, v. 29, n. 2, p. 203-212, 2007.

- CUNHA, L.M.A. **Modelos Rasch e escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes.** Dissertação (Mestrado em Probabilidade e Estatística). Universidade de Lisboa – Faculdade de Ciências, Lisboa. 79p, 2007.
- CRIBB, S.L.S.P. Gestão de Áreas de Proteção Ambiental e comunidades locais: uma parceria necessária. **Revista eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, v. 20, [s.n.], p. 350-371, 2008.
- DANTAS, T.V.P., RIBEIRO, A.S. Caracterização da vegetação do Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe – Brasil. **Revista Biotemas**, v. 23, n. 4, p. 9-18, 2010a.
- DANTAS, T.V.P., RIBEIRO, A.S. Estrutura populacional de *Kielmeyera rugosa* Choisy (Clusiaceae) no Parque Nacional Serra de Itabaiana, Estado do Sergipe. **Biological Sciences**, v. 32, n. 2, p. 141-146, 2010b.
- DEUS, T.F. **A conjuntura político-econômica dos parques nacionais do Brasil.** Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba/SP, 92p, 2013.
- DIMITRAKOPOULOS, P.G., JONES, N., LOSIFIDES, T., FLOROKAPI, L., LASDA, O., PALIOURAS, F., EVANGELINOS, K.I. Local attitudes on protected areas: evidence from three Natura 2000 wetland sites in Greece. **Journal of Environmental Management**, v. 9, n. 1, p. 1847-1854, 2010.
- D’OLIVEIRA, E., BURSZTYN, I., BADIN, L. Parque Nacional do Iguaçu. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 2, n. 4, p. 1-10, 2002.
- DOWSLEY, M. Community clusters in wildlife and environmental management: using TEK and community involvement to improve co-management in an era of rapid environmental change. **Polar Research**, v. 2, n. 8, p. 43–59, 2009.
- DOUROJEANNI, MARC J. Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil. In: BAGER, A. **Áreas Protegidas: conservação no âmbito do Cone Sul**. 1.ed. Pelotas: MRS Editora, 210p, 2003.
- DRUMOND, J.A., FRANCO, J.L.A., NINIS, A.B. **O estado das áreas protegidas no Brasil**. 1. ed. Brasília: UNB, 200p, 2006.

ENNES, M.A. Meio ambiente e pobreza entre as populações não tradicionais. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 50, n. 3, p. 244-252, 2014.

ENNES, M.A. Reestratificação social em áreas de preservação ambiental: o caso dos povoados Bom Jardim e Mundês em Itabaiana/SE. **Cadernos CERU**, v. 21, n. 1, p. 129-144, 2010.

ENNES, M.A., NASCIMENTO, L.M.B, OLIVEIRA, M.S. “Arrancar inhome”: entre a ilegalidade e a resistência. **Scientia Plena**, v. 5, n. 11, p. 1-8, 2009.

EVANS, Y. **Participação comunitária em Gestão Ambiental: o caso do Parque Estadual Serra do Mar**. 1º Ed. Londres: Queen Mary – University of London, 50p, 2007.

EZEBILO, E.E., MATTSSON, L. Socio-economic benefits of protected areas as perceived by local people around Cross River National Park, Nigeria. **Forest Policy and Economics**, v. 1, n. 2, p. 189-193, 2010.

FANCY, S.G., GROSS, J.E., CARTER, S.L. Monitoring the condition of natural resources in US national parks. **Environmental Monitoring**, v. 151, [s.n.], p. 161-174, 2008.

FERRARI, S.F. Parque Nacional Serra de Itabaiana; o futuro. In: CARVALHO, C.M., VILAR, J.C. Parque Nacional Serra de Itabaiana – levantamento da biota. **Biologia Geral e Experimental – UFS**, p.121-131, 2005.

FERREIRA, D.F. **Estatística básica**. Lavras-MG: Editora UFLA, 431p, 2005.

FIALLO, E.A., JACOBSON, S.K. Local Communities and Protected Areas: Attitudes of Rural Reside. **Environmental Conservation**, v. 22, n. 3, p. 241-249, 1995.

FIGUEIRÊDO, C.T., SOUZA, A.V.M. Conflitos socioambientais em áreas protegidas: o Parque Nacional da Serra de Itabaiana, em Sergipe. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 1, n. 14. p. 141-163, 2013.

FUENTES, N.M.M. **Territórios, saberes e imagens: um estudo sobre a percepção da população do entorno sobre o Parque Nacional da restinga do Jurubatiba, Rio de Janeiro, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação).

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais e Conservação. Macaé/RJ, 162p, 2013.

GALANTE, M.L.V., BESERRA, M.M.L., MENEZES, E.O. Roteiro metodológico de planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**, Brasília/DF, 136p, 2002.

GOHN, M.G.M. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 1º Ed. São Paulo: Cortez, 128p, 2001.

GONÇALVES, A.R. FERNANDES, C.H.V. FRITZEN, C. **Plano de manejo do Parque Nacional Serra de Itabaiana - relatório da oficina de planejamento participativo do Parque Nacional da Serra de Itabaiana**. Areia Branca – SE. Relatório Interno, 2014.

GONÇALVES, B.V., GOMES, L.J. Percepção ambiental de produtores rurais na recuperação florestal da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim – Sergipe. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 29, [s.n.], p.127-138, 2014.

GOULART, F.F., VANDERMEER, J., PERFECTO, I., MATTA-MACHADO, R.P. Análise Agroecológica de dois paradigmas modernos. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 3, p. 76-85, 2009.

GURGEL, H.C., HARGRAVE, J., FRANÇA, F., HOLMES, R.M., RICARTE, F.M., DIAS, B.F.S., RODRIGUES, C.G.O., BRITO, M.C.W. Unidades de conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v. 3, [s.n.], p. 103 – 119, 2009.

HASSLER, M.L. A importância das unidades de conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, p. 79-89, 2005.

HAUFF, S.N. **Relações entre comunidades rurais locais e administrações de parques no Brasil: subsídios ao estabelecimento de zonas de amortecimento**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Agrárias. Paraná/PR. 225p, 2004.

IBGE, 2010. **Resultado do Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_populacao_sergipe.pdf>. Acesso em 22 out. 2018.

IBGE, 2013. **Banco de Dados Agregado. Censo Demográfico e Contagem da População**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: 19 set. 2018.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra de Itabaiana**. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/dcom_plano_de_manejo_Parna_Serra_de_Itabaiana.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018.

INFIELD, M., NAMARA, A. Community attitudes and behaviour towards conservation: an assessment of a community conservation programme around Lake Mburo National Park, Uganda. **Oryx**, v. 35, n. 1, p. 48-60, 2001.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 495p, 2002.

LIKERT, R.A. Technique for the measurement of attitudes. **Archives in psychology**, v. 22, [s.n.], p. 5-55, 1932.

LIMA, J.S., OLIVEIRA, D. M., JÚNIOR, J.E.N., MANN, R.S., GOMES, L.J. Saberes e uso da flora madeireira por especialistas populares do agreste de Sergipe. **Sitientibus série Ciências Biológicas**, v. 11, n. 2, p. 239-253, 2011.

LOUREIRO, C.F.B., CUNNHA, C.C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 237-253, 2008.

LOVEJOY, T. Protected areas: a prism for a changing world. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 21, n. 6, p 329-333, 2006.

MAIA, A.G., BUAINAIN, A.M. O novo mapa da população rural brasileira. **Revista franco-brasileira de geografia**, v. 1, n. 25, p. 1-26, 2015.

MARIN, A.A. **Percepção ambiental e imaginário dos moradores do município**

Jardim/MS. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais). Universidade Federal de São Carlos – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. São Carlos/SP, 317p, 2003.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 41-64, 2006.

MENDES, M.A., NASCIMENTO, J.E.B. Agricultura familiar e juventude rural no agreste de Itabaiana/SE. **Revista de geografia agrária**, v. 12, n. 26, p. 209-237, 2017.

MENEZES, L.C. **Uso sustentável da Serra de Itabaiana: preservação ou ecoturismo?**

Mestrado (Dissertação em Estudos do Semi-Árido) Universidade Federal de Sergipe – Núcleo de Pós-Graduação em e pesquisa em estudos do Semi-Árido. São Cristóvão/SE, 189p, 2004.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **ENCEA – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 2009.**

Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encea_docprel.pdf> Acesso em 30 dez. 2018.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa nº 03, de 01 de setembro de 2014.** Brasília/DF. Disponível em: <

http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes_normativas/INSTRU%C3%87%C3%83O_NORMATIVA_ICMBio_N%C2%BA_3_DE_2014__com_retifica%C3%A7%C3%A3o_do_DOU18062015.pdf>. Acesso em: 10 junho. 2017.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. 2018.** Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc.htm>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP.** Decreto Nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília/DF, 2006. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_arquivos/planonacionaareasprotegidas_205.pdf>. Acesso em: 12 maio. 2017.

MORAIS, C. M. Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística. **Escola Superior de Educação – Instituto politécnico de Bragança**, Bragança/SP, 30.p. 2005.

Disponível em: < <http://www.ipb.pt/~cmmm/conteudos/estdescr.pdf>>. Acesso em: 24 outubro. 2018.

NASCIMENTO, L.M.B. O des-envolvimento sustentável: a inclusão dos saberes ambientais de comunidades no processo de conservação do PARNASI. **Ambivalências**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2013.

NASCIMENTO, L.M.B. **Da invisibilização à evidenciação dos saberes ambientais da comunidade do povoado ribeira no entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/UFS, 152p, 2014.

NOCE, M.A., FERREIRA-NETO, J.A. Uma análise de política pública brasileira de desenvolvimento rural, como foco no combate à pobreza no campo. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 1, n. 8, p. 37-56, 2016.

OLIVEIRA, I.S.S., COSTA, C.C., GOMES, L.J., SANTOS, J. Planejamento de trilhas para o uso público no Parque Nacional Serra de Itabaiana, SE. **Turismo, visão e ação**, v. 11, n. 2, p. 242-262, 2009.

OTERO, M.D.L. **La Educación Ambiental em el currpiculo de la enseñanza secundaria obligatoria**. Tese (Doutorado em Psicología). Universidade da Corunha – Faculdade de Ciências da Educação. Corunha, 327p, 2005.

PAVLIKAKIS, G.E., TSIHRINTZIS, V.A. Perceptions and preferences of the local population in Eastern Macedonia and Thrace National Park in Greece. **Landscape and Urban Planning**, v. 7, n. 7, p. 1-16, 2006.

PEARCE, J.A., DOH, J.P. The High Impact of Collaborative Social Initiatives. **MIT Sloan Management Review**, v. 46, n. 3, p. 30-39, 2005.

PEREIRA, P.F., SCARDUA, F.P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceitos e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 81-97, 2008.

PIMENTEL, D.S. **Os “parques de papel” e o papel social dos parques**. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba/SP, 254p, 2008.

PIMENTEL, D.S., MAGRO, T.C., FILHO, D.F.S. Imagens da conservação: em busca do apoio público para a gestão de unidades de conservação. **Teoria e Sociedade**, v. 2, n. 19, p. 144-169, 2011.

POL, E. A gestão ambiental, novo desafio para a Psicologia do desenvolvimento sustentável. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 235-243, 2003.

PRADEICZUK, A., RENK, A., DANIELI, M.A. Percepção ambiental no entorno da unidade de conservação Parque Estadual das Araucárias. *Revista Grifos*, v. 24, n. 38/39, p. 14-32, 2015.

PRELL, C., HUBACEK, K., REED, M. Stakeholder analysis and social network analysis in natural resource management. **Society and Natural Resources**, v. 22, n. 6, p. 501-518, 2009.

QUADROS, J., COSTA, A.C.G., SEZERINO, F.S., SANTOS, P.A. Participação social na criação e implantação de Unidades de Conservação no Brasil: o caso do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 3, p. 32-49, 2015.

RIBAS, P.P., MATSUMURA, A.T.S. A química dos agrotóxicos: impacto sobre a saúde e o meio ambiente. **Revista Liberato**, v. 10, n. 14, p. 149-158, 2009.

ROLIM, C., ANDRADE, J.R.L., SANTANA, J.R., MELO, R.O.L. Construção de indicadores de pobreza: aplicação do índice de pobreza humana municipal do estado de Sergipe. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 37, n. 4, p. 512-529, 2006.

SANTANA, R. K. de O. **Identificação dos Impactos Ambientais no Interior do Parque Nacional Serra de Itabaiana – SE**. Monografia (Conclusão de curso de graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 40p, 2006.

SANTANA, V.B. **Serra de Itabaiana: das brumas do imaginário a cerca invisível**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de

Sergipe – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão/SE, 121p, 2002.

SANTOS, A.A. Parques nacionais brasileiros: relação entre planos de manejo e a atividade ecoturística. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 4, n. 1, p. 141-162, 2011.

SANTOS, C.A.P., SOUZA, J.S., SOUZA, A.L.M., SANTOS, V.C.P. O papel das políticas públicas na conservação dos recursos naturais. **Revista Geografia Acadêmica**, v. 10, n. 2, p. 18-29, 2016.

SANTOS, C.S. MEIADO, M.V. levantamento florístico e status de conservação dos cactos do estado de Sergipe, nordeste do Brasil. **Gaia Scientia**, v. 9. n. 2, p.136-146, 2015.

SANTOS, L.S.F. **Escola e meio ambiente: a educação das crianças residentes no entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão/SE, 135p, 2015.

SANTOS, M.C.C.A. **Territorialização do domo de Itabaiana – SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão/SE, 157p, 2007.

SCARIOT, A., SEVILHA, A.C. Diversidade, estrutura e manejo das florestas decíduais e as estratégias para a conservação. In: CAVALCANTI, T.B., WALTER, B.M.T. **Tópicos atuais em botânica: Palestras Convidadas do 51º Congresso Nacional de Botânica, Brasília/DF**, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia/Sociedade Botânica do Brasil, 400p, 2000.

SHERL, L.M., WILSON, A., WILD, R., BLOCKHUS, J., FRANKS, P., MCNEELY, J.A., MCSHANE, T.O. As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações. **União Mundial para a Natureza – IUCN**, Suíça e Cambridge, Reino Unido, 60p, 2006.

SILVA, D.L.B. **Contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília/DF, 207p, 2008.

SILVA, H.J., MAIA, F.B.A. Organização local e gestão participativa do turismo em Unidades de conservação: a difícil tarefa de integração do Parque Nacional do Catimbau (PE). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 11, n. 1, p. 36-48, 2011.

SILVA JÚNIOR, S.D., COSTA, F.J. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e phrase completion. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, [s.n.], p. 1-16, 2014.

SILVA, M.L.A., ARAÚJO, M.F.V., CONCEIÇÃO, J.M. Identidade e modo de vida dos moradores do Parque Nacional da Chapada das Mesas, Maranhão, Brasil. **Biota Amazônia**, v. 7, n. 4, p. 14-47, 2017.

SILVA, T.S., CÂNDIDO, G.A., FREIRE, E.M.X. Conceitos, percepções e estratégias para conservação de uma Estação Ecológica da caatinga nordestina por populações do seu entorno. **Sociedade & Natureza**, v. 21, n. 2, p - 23-37, 2009.

SOBRAL, I.S., SANTANA, R.O., GOMES, L.J., COSTA, M., RIBEIRO, G.T., SANTOS, J.R. Avaliação dos impactos ambientais no Parque Nacional Serra de Itabaiana – SE. **Caminhos de Geografia**, v. 8, n. 4, p. 102-110, 2007.

SOUZA, C.W.S., ENNES, M.A. Ambiente e sociedade: o Parque Nacional Serra de Itabaiana em debate. **Diversitas Journal**, v.1, n.1, p. 14-20, 2016.

SOUZA, C.W.S., NASCIMENTO, L.M.B., ENNES, M.A. Parque Nacional Serra de Itabaiana: implementação e gestão de uma Unidade de Conservação e os moradores dos povoados do seu entorno. **Desafio Online**, v. 3, n. 3, p. 1273-1288, 2015.

SOUZA, S.M.S. **As ações de educação ambiental em escolas rurais de Itabaiana – SE.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Cristóvão/SE, 162p, 2014.

STRUHSAKER, T.T., STRUHSAKER, P.J., SIEX, K.S. Conserving Africa's rain forests: problems in protected areas and possible solutions. **Biological Conservation**, v.123, [s.n.], p.45-54, 2005.

TAVARES, V.O., TEIXEIRA, K.M.D., WAJNMAN, S., LORETO, M.D.S. Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. **Textos & Contextos**, v. 10, n. 1, p. 94-108, 2011.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em Unidade de Conservação: a “naturalização” do social. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 51-67, 2005.

TEIXEIRA, P.R., LANZER, R.M. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) e sua relação com os municípios do entorno: uma visão da comunidade ao desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n. 2, p.199-212, 2013.

TELES, H.F., LINARES, M.S., ROCHA, P.A., RIBEIRO, A.S. Macroinvertebrados bentônicos como bioindicadores no Parque Nacional da Serra de Itabaiana, Sergipe, Brasil. **Revista Brasileira de Zoociências**, v. 15, n. 1, p. 123-137, 2013.

VEDELD, P., ANGELSEN, A., BOJÕ, J., SJAASTAD, E., KOBUGABE, B.G. Forest environmental incomes and the rural poor. **Forest Policy and Economics**, v.9, n.7, p 869-879, 2007.

VIANA, V.M., PINHEIRO, L.A.F.V. Conservação da Biodiversidade em fragmentos florestais. **Série Técnica – IPEF**, v. 12, n. 32, p. 25-42, 1998.

VILELA, A.L.O., GUEDES, V.L. Aspectos da caça predatória de mamíferos no Parque Estadual Nova Baden, Lambari, Minas Gerais. **InterfacEHS – Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 12, n. 1, p. 115-127, 2017.

WANDERLEY, M.N.B. Que territórios, que agricultores, que ruralidades? In: CAVALCANTI, J.S.B., WANDERLEY, M.N.B., NIEDERLE, P.A. (Orgs). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política do desenvolvimento territorial brasileiro**. 1º ed. Recife: Editora UFPE, 437p, 2016.

ANEXO A

AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA PELO COMITÊ ÉTICA EM PESQUISA - CEP

UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA O PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA

Pesquisador: IGOR AZEVEDO SOUZA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91972418.1.0000.5546

Instituição Proponente: Universidade Federal de Sergipe

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.771.622

Apresentação do Projeto:

A Educação Ambiental (EA), dentro do processo de gestão de Unidades de Conservação (UCs) deve envolver todos os segmentos as comunidades que vivem no seu entorno, promovendo uma participação efetiva relacionada a sua conservação. O objetivo geral do estudo será desenvolver um Plano de Educação Ambiental junto aos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana. E os objetivos específicos serão levantar as

atitudes dos povoados em relação ao Parque Nacional da Serra de Itabaiana, seus alvos de conservação e suas ameaças; e desenvolver estratégias e ações de Educação Ambiental nos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana, voltadas para os alvos de

conservação e suas ameaças. O PARNASI é uma Unidade de Conservação Federal de proteção integral e está inserido no agreste do estado de Sergipe, zona de transição entre os Biomas Mata Atlântica e Caatinga. Para identificar e avaliar as atitudes referentes ao PARNASI e seus alvos de conservação, será utilizada uma metodologia para padronização dos estudos de atitudes em comunidades adjacentes às Unidades de Conservação de proteção integral no Brasil, que consiste na aplicação de questionários. Os Dados serão analisados pela Escala de Likert, desenvolvida para ser aplicada com cinco níveis de satisfação (discordo totalmente; discordo parcialmente; não concordo nem discordo; concordo parcialmente; concordo totalmente), cuja pontuação pode variar a critério do pesquisador. E para desenvolver estratégias e ações de Educação Ambiental nos povoados do

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

CEP: 49.060-110

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br

UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 2.771.622

Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	19/06/2018 22:06:47	IGOR AZEVEDO SOUZA	Aceito
----------------	--------------------	------------------------	-----------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 16 de Julho de 2018

Assinado por:
Anita Herminia Oliveira Souza
(Coordenador)

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº
Bairro: Sanatório **CEP:** 49.060-110
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3194-7208 **E-mail:** cephu@ufs.br

ANEXO B

AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA PELO SISTEMA DE AUTORIZAÇÃO E INFORMAÇÃO EM BIODIVERSIDADE - SISBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 63108-1	Data da Emissão: 06/08/2018 14:32	Data para Revalidação*: 06/07/2019
-----------------	-----------------------------------	------------------------------------

* De acordo com o art. 20 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do envio do relatório de sua emissão.

Dados do titular

Nome: Igor Azevedo Souza	CPF: 036.022.045-12
Título do Projeto: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARQUE NACIONAL TERRA DE ITABAIANA: UMA ABORDAGEM DAS COMUNIDADES DO SEU ENTORNO TENDO EM VISTA OS ALVOS DE CONSERVAÇÃO ESTABELECIDOS EM SEU PLANO DE MANEJO	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	CNPJ: 13.031.547/0001-04

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	APLICAÇÃO DE CURSOS/WORKSHOPS	06/2018	01/2019
2	OPERAÇÕES PATROVISTORIAIS E MONITORAMENTO	01/2018	11/2018

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo a serem executadas por pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, sendo por objeto coleta de dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes de culturas raras e cultura popular, presentes e passadas, obtidas por meio de recursos a terceiros que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas à autorização do Ministério da Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização (SAO) serve o pesquisador titular e os membros de sua equipe de pesquisadores de obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor da terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, amadorista, particular ou municipal de uma dentro dos limites da unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para as fins previstas na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2015, no que se refere a esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou exportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão obter por escrito de todas as instituições de origem de recursos humanos, sempre que possível, um grupo tácito ou de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos, e empregar esforços de coleta ou captura que não comprometam a estabilidade de populações de grupos de interesse de interesse em ser objeto de estudo.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando de visita de regularização vigente, ou quando de regularização, somente ou antes de iniciar a coleta de informações relevantes que subsidiarem a solicitação de ato, podem, mediante decisão justificada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componentes do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. Para mais informações consulte em: www.mma.gov.br/legis.
7	Em caso de presença em TERMO DE COLABORAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFERIR AS DADOS das espécies, as condições para realização das coletas e de suas infra-estrutura da unidade.

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	Carolina Yasuko Sampaio	assistente social de campo	298.728.805-32	2544607-7 SSP-RJ	brasileira

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Localização da área	Tipo
1	Aracaju	SE	próximo ao aeroporto	Posto de UC Federal
2	Itabaiana	SE	localidade do sítio	Posto de UC Federal
3		SE	PARQUE NACIONAL TERRA DE ITABAIANA	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Após o código de autorização obtido, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na internet (www.sisbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 48514396



Página 1/1



APÊNDICE A
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CAAE: 91972418.1.0000.5546

Você está sendo convidado (a) para participar como voluntário (a) em uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe, que tem como Objetivo desenvolver ações de EA crítica e participativa com base nos conhecimentos e atitudes dos moradores dos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana. A coleta de dados será realizada a partir da aplicação de questionários e oficinas participativas. Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, apresentadas a seguir, caso aceite fazer parte do estudo preencha as duas vias do termo com todos os dados requisitados. Uma via ficará com o (a) entrevistado (a) e a outra com o(a) pesquisador(a) responsável.

Desde logo fica garantido o sigilo das informações, em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Reconhecendo que a participação na pesquisa oferece aos (as) voluntários (as) riscos de constrangimento, se depois de consentir em sua participação o Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Eu, _____, RG n° _____
 _____ declaro compreender as informações dispostas nesse termo de consentimento e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

- **Pesquisador Responsável:** Mestrando Igor Azevedo Souza
- **Telefone para contato:** (79) 9903-1671

_____, _____ de _____ de _____

 Assinatura do sujeito ou responsável legal

 Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B

**IMAGENS AEREAIS DOS POVOADOS DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL
SERRA DE ITABAIANA, SERGIPE, CORRESPONDENTE AO PERÍODO DE MAIO
A AGOSTO DE 2018**

Fonte: *Google Earth*, 2018.



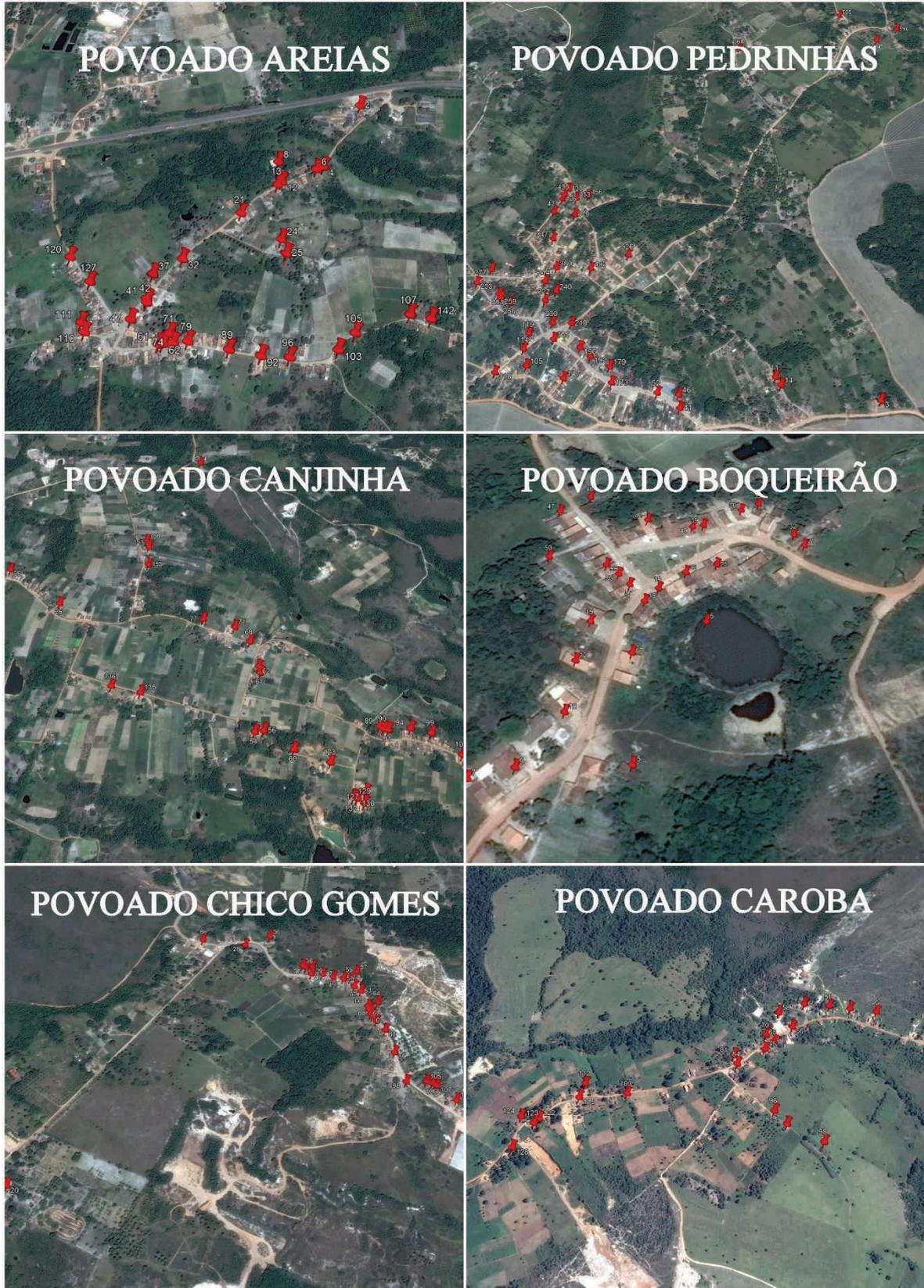
Fonte: Google Earth, 2018.

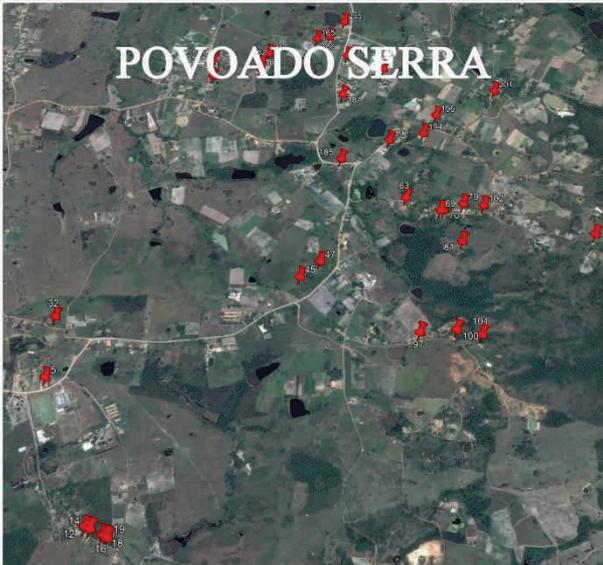


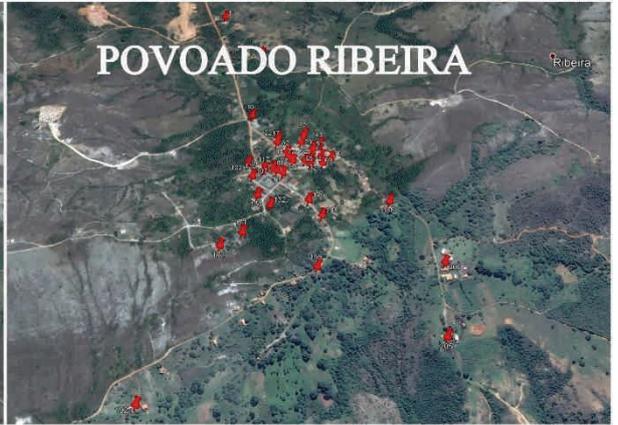
Fonte: *Google Earth*, 2018.

APÊNDICE C

IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES AMOSTRAIS NO MAPA DE CADA POVOADO DO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA, SERGIPE.







APÊNDICE D

PROCEDIMENTO NO EXCEL PARA REALIZAÇÃO DA AMOSTRAGEM ALEATÓRIA SIMPLES DOS 20 POVOADOS DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA, SERGIPE.

A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
1	0,068215	117	Amartrar	1	0,52539	120	Amartrar	1	0,28511	179	
2	0,664469	103		2	0,00822	17		2	0,00673	585	
3	0,165494	13	Amartrar impossibilidade	3	0,1738	84	Amartrar impossibilidade	3	0,53223	218	Mussaras
4	0,010774	111		4	0,83987	4		4	0,99225	261	
5	0,752727	59	Reparação das Amartrar	5	0,42997	112	Reparação das Amartrar	5	0,59827	253	Amartrar impossibilidade
6	0,233884	96	impossibilidade	6	0,77208	62	impossibilidade	6	0,85363	314	
7	0,899212	74		7	0,73037	77		7	0,4081	473	Reparação das Amartrar
8	0,094756	127	impossibilidade	8	0,31019	38	impossibilidade	8	0,42465	136	impossibilidade
9	0,21085	4	Ordem crescente das amartrar	9	0,31393	129	Ordem crescente das amartrar	9	0,00657	11	Ordem crescente das amartrar
10	0,699743	2		10	0,56689	131		10	0,98986	584	119
11	0,098849	24	POVOADO AREIAS	11	0,46377	110	POVOADO CANJINHA	11	0,08255	190	125
12	0,90116	42		12	0,10368	150		12	0,22416	110	141
13	0,64004	71		13	0,59114	71		13	0,00653	420	147
14	0,564239	128		14	0,23108	90		14	0,48075	173	178
15	0,633394	32		15	0,67441	136		15	0,25649	238	179
16	0,161404	107		16	0,32451	89		16	0,45768	438	182
17	0,048443	79		17	0,18457	135		17	0,354	438	183
18	0,589453	12		18	0,02566	145		18	0,68782	277	186
19	0,126018	142		19	0,77839	91		19	0,8274	41	218
20	0,246567	62		20	0,15288	35		20	0,22421	132	238
21	0,318217	120		21	0,96632	63		21	0,73285	248	248
22	0,387734	41		22	0,60846	123		22	0,0567	147	253
23	0,90102	37		23	0,03212	108		23	0,32838	41	264
24	0,440824	61		24	0,06244	99		24	0,34522	139	277
25	0,140873	152		25	0,22878	151		25	0,24078	21	282
26	0,931595	4		26	0,18539	113		26	0,24816	534	314
27	0,482255	21		27	0,68923	26		27	0,42304	230	347
28	0,675279	105		28	0,34119	153		28	0,39412	452	388
29	0,212149	8		29	0,62966	56		29	0,06326	143	424
30	0,132958	77		30	0,42776	61		30	0,32889	132	425
31	0,213207	47		31	0,51354	60		31	0,49732	388	438
32	0,648729	92		32	0,15034	127		32	0,28889	182	458
33	0,008374	25		33	0,95863	54		33	0,91791	121	459
34	0,046474	89		34	0,89431	122		34	0,00987	32	466
35	0,971306	110		35	0,99181	106		35	0,18894	1	473
36	0,543475	79		36	0,48308	88		36	0,37791	347	489
37	0,345199	86		37	0,44653	95		37	0,29394	456	526
38	0,37549	27		38	0,90896	33		38	0,00895	523	564
39	0,771415	110		39	0,18702	72		39	0,18091	114	582
40				40	0,08126	148		40	0,28861	14	594
41				41	0,21898	83		41	0,00817	421	598
								42	0,18183	283	
								43	0,24381	322	
								44	0,3614	233	
								45	0,25952	230	
								46	0,25453	258	
								47	0,08281	218	

A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
1	0,93241	64	3	Amostras	1	0,26593	21	4	Amostrar		
2	0,65858	107	20		2	0,5216	31	8			
3	0,39617	69	21	Amostras impossibilitadas	3	0,94028	58	9	Amostrar impossibilitadas		
4	0,15279	47	28		4	0,84296	6	10			
5	0,57117	73	30	Reposição das Amostras impossibilitadas	5	0,4476	64	14	Reposição das Amostras impossibilitadas		
6	0,37598	70	34		6	0,65375	47	15			
7	0,46255	62	37		7	0,12909	148	18			
8	0,32474	23	39	Ordem crescente das amostras	8	0,23369	60	21	Ordem crescente das amostras		
9	0,25853	36	42		9	0,6019	148	22			
10	0,0812	50	45		10	0,83437	5	24			
11	0,25867	45	47		11	0,76022	10	31			
12	0,21273	38	49		12	0,02398	52	40			
13	0,29089	63	50		13	0,63778	123	51			
14	0,47095	21	55		14	0,52474	14	46			
15	0,2863	39	56		15	0,93199	18	56			
16	0,49121	89	57		16	0,59732	75	58			
17	0,14156	120	62		17	0,17483	7	60			
18	0,23312	62	63		18	0,58289	22	68			
19	0,64978	32	64		19	0,70643	112	70			
20	0,3366	106	66		20	0,47321	68	75			
21	0,851	119	67		21	0,40969	124	81			
22	0,50307	50	68		22	0,55421	40	84			
23	0,99996	42	69		23	0,3012	103	94			
24	0,94816	55	70		24	0,76414	24	96			
25	0,96261	64	73		25	0,6308	132	98			
26	0,53492	54	82		26	0,16648	15	103			
27	0,52966	115	89		27	0,78423	86	112			
28	0,29855	20	105		28	0,5555	9	119			
29	0,53636	57	106		29	0,86261	51	122			
30	0,74489	67	107		30	0,87148	84	123			
31	0,19294	37	115		31	0,42223	4	124			
32	0,72623	105	119		32	0,86573	63	128			
33	0,74023	8	120		33	0,3276	70	148			
34	0,01195	60			34	0,99547	128	149			
35	0,19703	88			35	0,75935	48				
36	0,79249	26			36	0,59462	56				
37	0,204	88			37	0,51385	31				
					38	0,21128	115				

A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
1	0,12812	28	2	Amostras	1	0,20832	92	1	Amostras		
2	0,59283	16	3		2	0,690829	87	4			
3	0,15143	18	5	Amostras impossibilitadas	3	0,8423	86	5	Amostras impossibilitadas		
4	0,80847	23	18		4	0,224535	31	8			
5	0,7315	185	15	Reposição das Amostras impossibilitadas	5	0,696544	13	13	Reposição das Amostras impossibilitadas		
6	0,8145	183	23		6	0,186123	115	33			
7	0,42467	185	28	Ordem crescente das amostras	7	0,26268	127	31	Ordem crescente das amostras		
8	0,38807	7	25		8	0,698528	56	35			
9	0,55338	6	38		9	0,136851	6	45			
10	0,28722	153	38		10	0,409049	39	39			
11	0,18526	122	41		11	0,741441	53	53			
12	0,89872	23	42		12	0,551873	79	56			
13	0,72385	163	45		13	0,530205	62	59			
14	0,8324	163	48		14	0,499063	35	61			
15	0,15613	188	52		15	0,894924	4	62			
16	0,54485	172	58		16	0,203362	5	74			
17	0,8382	158	65		17	0,805667	100	79			
18	0,38444	88	88		18	0,441192	111	86			
19	0,88477	32	106		19	0,867513	169	87			
20	0,36488	28	118		20	0,775758	1	89			
21	0,44867	212	122		21	0,267943	168	92			
22	0,34833	36	127		22	0,870587	89	100			
23	0,52394	113	140		23	0,340326	56	111			
24	0,18888	211	152		24	0,698996	159	115			
25	0,19294	38	158		25	0,368301	59	127			
26	0,87941	38	164		26	0,718631	153	130			
27	0,8572	183	165		27	0,682146	61	153			
28	0,78115	178	182		28	0,952403	45	159			
29	0,45856	178	177		29	0,882681	130	162			
30	0,16825	41	178		30	0,341099	162	168			
31	0,3523	41	186		31	0,730024	74	169			
32	0,86285	42	188		32	0,215453	12				
33	0,45862	116	204								
34	0,23158	13	207								
35	0,64661	127	211								
36	0,8481	1	218								
37	0,41288	281									
38	0,15583	28									
39	0,76044	177									
40	0,87034	9									
41	0,48288	287									
42	0,15288	146									
43	0,38885	22									
44	0,8861	88									

A	B	C	D
1	R.22880	281	18
2	R.19384	267	28
3	R.3818	168	21
4	R.21421	307	25
5	R.88486	28	26
6	R.88162	112	31
7	R.30841	128	37
8	R.20864	146	26
9	R.81271	354	33
10	R.75143	381	182
11	R.81451	15	112
12	R.26471	37	128
13	R.18617	308	147
14	R.25688	33	148
15	R.35833	182	153
16	R.12423	21	167
17	R.15888	281	168
18	R.30881	76	182
19	R.88827	388	187
20	R.1226	187	198
21	R.23244	187	281
22	R.16488	338	213
23	R.55537	388	233
24	R.14588	148	233
25	R.84551	213	267
26	R.81622	82	283
27	R.84745	82	283
28	R.42823	327	388
29	R.16458	182	381
30	R.85621	328	388
31	R.25883	21	328
32	R.55164	333	328
33	R.83716	198	333
34	R.82813	147	337
35	R.54258	233	338
36	R.38757	328	333
37	R.34756	151	347
38	R.58252	333	348
39	R.25715	233	364
40	R.88626	3	
41	R.82544	148	
42	R.28887	221	
43	R.15488	188	
44	R.20333	72	
45	R.35833	176	
46	R.18886	118	
47	R.73731	28	

POVOADO BOM JARDIM

A	B	C	D
1	R.48222	288	1
2	R.47745	282	2
3	R.2586	71	28
4	R.83428	81	45
5	R.66105	188	45
6	R.88364	184	55
7	R.8888	228	64
8	R.82144	228	61
9	R.18105	242	63
10	R.7588	83	74
11	R.55888	238	76
12	R.88234	238	77
13	R.32885	31	79
14	R.66127	38	88
15	R.38888	76	83
16	R.88225	111	187
17	R.25888	133	118
18	R.88882	3	133
19	R.82851	138	148
20	R.81283	5	155
21	R.38873	174	164
22	R.8143	38	174
23	R.44287	151	188
24	R.88287	213	198
25	R.51733	74	193
26	R.87553	83	194
27	R.55488	217	288
28	R.87722	194	213
29	R.66226	45	214
30	R.38556	187	215
31	R.81143	228	217
32	R.78825	88	228
33	R.1224	31	232
34	R.35881	148	238
35	R.78821	228	252
36	R.54188	193	258
37	R.83883	27	262
38	R.4573	83	283
39	R.26451	77	
40	R.51538	262	
41	R.48887	38	
42	R.84152	187	
43	R.55883	133	
44	R.82457	153	
45	R.35843	283	
46	R.48224	7	
47	R.38888	111	
48	R.44361	281	
49	R.83236	143	
50	R.18843	18	
51	R.88221	187	

POVOADO MANGABEIRA

A	B	C	D
1	R.83576	511	18
2	R.18671	318	33
3	R.84551	512	82
4	R.8284	527	112
5	R.38883	581	142
6	R.35781	527	123
7	R.25574	188	153
8	R.81541	414	183
9	R.88842	388	191
10	R.35772	381	233
11	R.88413	278	253
12	R.84814	33	258
13	R.85163	514	278
14	R.48221	112	278
15	R.25883	158	381
16	R.35581	188	412
17	R.4882	582	318
18	R.76216	581	338
19	R.75883	273	363
20	R.81021	562	382
21	R.85283	432	388
22	R.18212	288	487
23	R.27583	511	488
24	R.75555	432	494
25	R.65728	531	422
26	R.78488	338	425
27	R.81888	112	432
28	R.48283	528	381
29	R.32243	422	511
30	R.88881	14	512
31	R.47484	382	528
32	R.67347	293	527
33	R.83827	258	531
34	R.62583	422	583
35	R.18888	388	588
36	R.18256	531	582
37	R.83883	388	593
38	R.81527	488	511
39	R.83884	83	514
40	R.27123	487	628
41	R.82844	528	627
42	R.28827	88	
43	R.147	247	
44	R.33886	183	
45	R.8888	184	

POVOADO RIO DAS PEDRA

A	B	C	D
1	R.88188	38	28
2	R.26318	238	24
3	R.38273	111	26
4	R.48883	188	33
5	R.83844	88	46
6	R.55786	122	52
7	R.35883	192	68
8	R.87286	24	63
9	R.88734	151	65
10	R.57384	874	72
11	R.48835	264	78
12	R.88285	157	94
13	R.84111	32	98
14	R.38818	112	37
15	R.88851	262	111
16	R.87123	142	112
17	R.38888	48	118
18	R.85885	288	122
19	R.46233	72	127
20	R.88356	23	142
21	R.75282	82	154
22	R.65782	78	164
23	R.2827	14	173
24	R.55188	161	174
25	R.48392	224	175
26	R.74512	218	183
27	R.53818	232	188
28	R.88855	28	193
29	R.35484	222	197
30	R.8833	112	218
31	R.18483	128	224
32	R.41238	32	225
33	R.35886	82	238
34	R.6456	182	241
35	R.85841	127	248
36	R.67624	68	262
37	R.32554	241	263
38	R.72882	182	264
39	R.24888	144	
40	R.31523	243	
41	R.8881	88	
42	R.18835	151	
43	R.37326	181	

POVOADO CAJAIBA

A	B	C	D
1	R.33787	82	1
2	R.8888	88	2
3	R.83781	74	8
4	R.88186	174	18
5	R.77782	4	37
6	R.81515	81	82
7	R.34888	171	23
8	R.2143	182	52
9	R.55878	187	48
10	R.78888	288	65
11	R.87287	142	22
12	R.68288	184	74
13	R.36647	183	77
14	R.76535	188	88
15	R.78823	18	81
16	R.34725	143	182
17	R.8588	88	187
18	R.38774	72	117
19	R.51218	288	128
20	R.88825	23	138
21	R.38812	182	134
22	R.1828	188	186
23	R.45324	77	188
24	R.54285	22	142
25	R.84817	31	143
26	R.55186	3	188
27	R.8528	117	157
28	R.81525	132	168
29	R.11415	128	171
30	R.88873	17	174
31	R.55888	8	175
32	R.1811	138	186
33	R.788	157	182
34	R.42278	175	288
35	R.88855	148	282
36	R.88884	14	
37	R.28186	112	
38	R.35534	172	
39	R.25421	88	
40	R.37888	82	
41	R.24188	34	
42	R.25377	14	
43	R.54888	82	
44	R.81887	188	
45	R.78844	78	
46	R.57888	88	
47	R.88354	83	
48	R.24483	132	
49	R.24874	153	
50	R.88888	188	

POVOADO RIBEIRA

APÊNDICE E

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DOS POVOADOS DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA NO PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2018

Entrevistador: _____

Data: _____ **Povoado:** _____ **Casa:** _____

Características demográficas e socioeconômicas dos moradores residentes nos 20 povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana

1. Gênero: M () F ()

2. Idade: _____

3. Local de nascimento: _____

4. Há quanto tempo mora no povoado? _____

5. Escolaridade:

() Nunca frequentei a escola () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo

() Médio Incompleto () Médio Completo () Superior Incompleto

() Superior Completo () Pós-Graduação

6. Estado civil:

() Solteiro(a) () Casado(a)/Mora junto () Divorciado(a) () Viúvo(a)

7. Ocupação profissional:

() Desempregado () Empregado/assalariado () Profissional liberal () Agricultor

() Empresário () Estudante () Aposentado(a) () Dono(a) de casa

8. Renda familiar mensal:

() Sem renda () Até 2 salários mínimos () De 2 a 4 salários mínimos

() De 4 a 10 salários mínimos () De 10 a 20 salários mínimos () Acima de 20 salários mínimos

Objetivo 1: Conhecimento dos moradores dos povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana, quanto à sua gestão e aos alvos de conservação

9. Você já ouviu falar do Parque Nacional da Serra de Itabaiana? () Sim () Não

10. Quantas vezes você foi ao Parque nos últimos 3 meses?

11. Por que você foi ao Parque?

() Caminhar () Tomar banho () Pegar lenha/madeira () Pegar planta para remédio

() Pegar planta para vender/artesanato () Caçar () Outro _____

12. Qual é o órgão que toma conta do Parque Nacional da Serra de Itabaiana?

() ICMBio () IBAMA () ADEMA () Polícia () Não sei

DT – Discordo Totalmente/ DP- Discordo Parcialmente/ I – Indiferente/ CP – Concordo Parcialmente/ CT – Concordo Totalmente

	DT	DP	I	CP	CT
O uso da água sem controle está acabando com nossas águas.					
As nascentes e os rios da região estão secando.					
O Parque Nacional Serra de Itabaiana está sendo desmatado.					
É comum aqui na região, pegar madeira nas matas para uso doméstico.					
É comum aqui na região as pessoas pegarem plantas como cactos, bromélias, palmeiras e orquídeas para enfeitar a casa e /ou para vender.					
É comum aqui na região as pessoas pegarem plantas no mato para usar como remédio.					
A caça de animais para comer/vender/criar é uma atividade comum aqui na região.					
Já foi bastante comum a caça de animais aqui na região, mas hoje em dia quase não existe porque os					

animais estão se acabando.					
----------------------------	--	--	--	--	--

Objetivo 2: Atitudes dos moradores do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana quanto à própria Unidade de Conservação

DT – Discordo Totalmente/ DP- Discordo Parcialmente/ I – Indiferente/ CP – Concordo Parcialmente/ CT – Concordo Totalmente

	DT	DP	I	CP	CT
O Parque Nacional Serra de Itabaiana é importante para proteger e conservar as águas, as plantas e os bichos da região.					
Eu já fui convidado para participar de reunião do Parque Nacional Serra de Itabaiana.					
Eu sou uma pessoa que posso colaborar com o Parque Nacional da Serra de Itabaiana.					
O Parque Nacional Serra de Itabaiana atrai visitantes, o que é muito bom porque movimenta o dinheiro no meu povoado.					

APÊNDICE F**IMAGENS APRESENTANDO LENHA NAS RESIDÊNCIAS DOS POVOADOS DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA, SERGIPE.**

APÊNDICE G

**IMAGENS APRESENTANDO A PLANTA CABEÇA DE FRADE NAS RESIDÊNCIAS
DOS POVOADOS DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL SERRA DE
ITABAIANA, SERGIPE.**



APÊNDICE H

IMAGENS APRESENTANDO GAIOLAS NO POVOADO AREIAS, NO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA, SERGIPE.

